



## CAPÍTULO II

### A Ibero-América e a **Cooperação Sul-Sul Bilateral**

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO  
SUL-SUL E TRIANGULAR NA  
IBERO-AMÉRICA 2020

**sulsul**

## CAPÍTULO II

# A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul Bilateral

Este capítulo é consagrado à análise da Cooperação Sul-Sul Bilateral, uma modalidade através da qual os países ibero-americanos realizaram mais de 80% dos 9.120 intercâmbios registados a partir de 2007. Centrando-se em 2019, o capítulo estuda a evolução destes anos, bem como as alterações e tendências mais relevantes, o papel dos países e as capacidades que se fortaleceram, contribuindo assim para avançar na conquista da Agenda 2030. A tudo isto acrescenta-se um aspeto que transversaliza toda a análise: extrair ensinamentos da CSS Bilateral realizada e contribuir para a resposta que a região deve dar à crise provocada pela pandemia da COVID-19.

## II.1

### Iniciativas de Cooperação Sul-Sul Bilateral em 2019

Em pouco mais de uma década, entre 2007 e 2019, os países ibero-americanos participaram em cerca de 7.400 iniciativas de CSS Bilateral. O Gráfico II.1 engloba todo esse período e distribui as iniciativas conforme o ano em que cada uma delas esteve em execução, distinguindo quando se concretizaram através de ações ou de projetos.

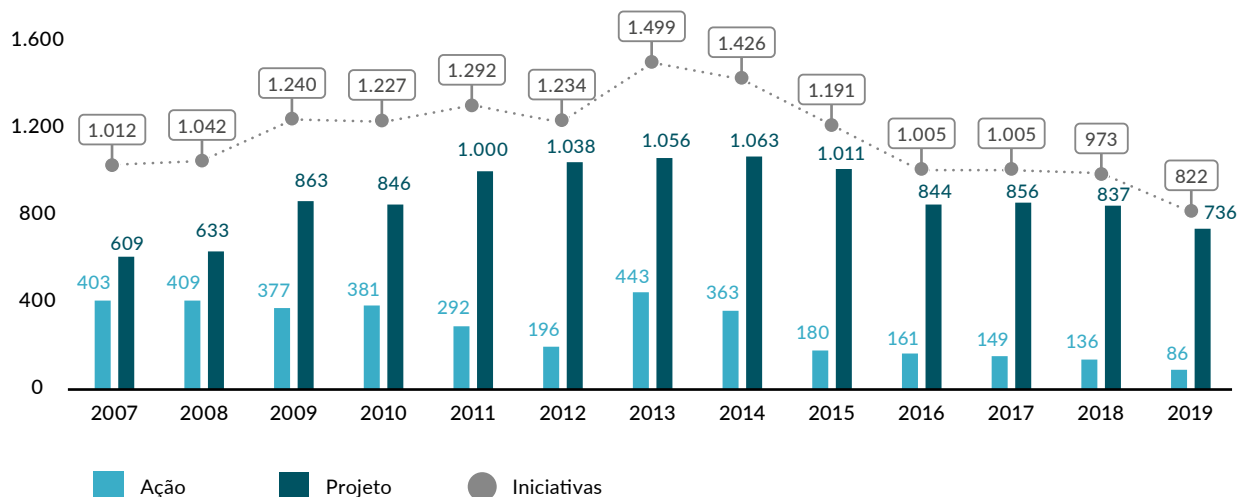
Uma primeira aproximação ao comportamento do total das iniciativas sugere três etapas bem diferenciadas: de intenso crescimento entre 2007 e 2013; de forte queda de 2014 a 2016; e de uma certa estabilidade, tendo no entanto acabado com uma nova redução, entre 2017 e 2019. Com efeito, as 1.000 iniciativas registadas em 2007 cresceram a uma taxa média anual de 7,2%, o que impulsionou o valor final até ao máximo histórico de 2013, próximo

das 1.500. Desde então e até 2016, produziu-se uma queda muito intensa que voltou a deixar o valor total das iniciativas perto da barreira do milhar. Finalmente, em 2017 abriu-se uma etapa de estabilidade que parece terminar em 2019, quando uma nova queda situa o número total das iniciativas no valor mais baixo de todo o período (822). No entanto, não há elementos suficientes para entender esta última redução como uma mudança de tendência. Devemos interpretar os dados com cautela, pois as condições impostas pela pandemia da COVID-19 dificultaram a capacidade dos países para recolher informações relativas a 2019, podendo ter-se dado um sub-registo.

**GRÁFICO II.1**

**Evolução das ações, projetos e iniciativas de CSS Bilateral da Ibero-América com todos os parceiros. 2007-2019**

Em unidades

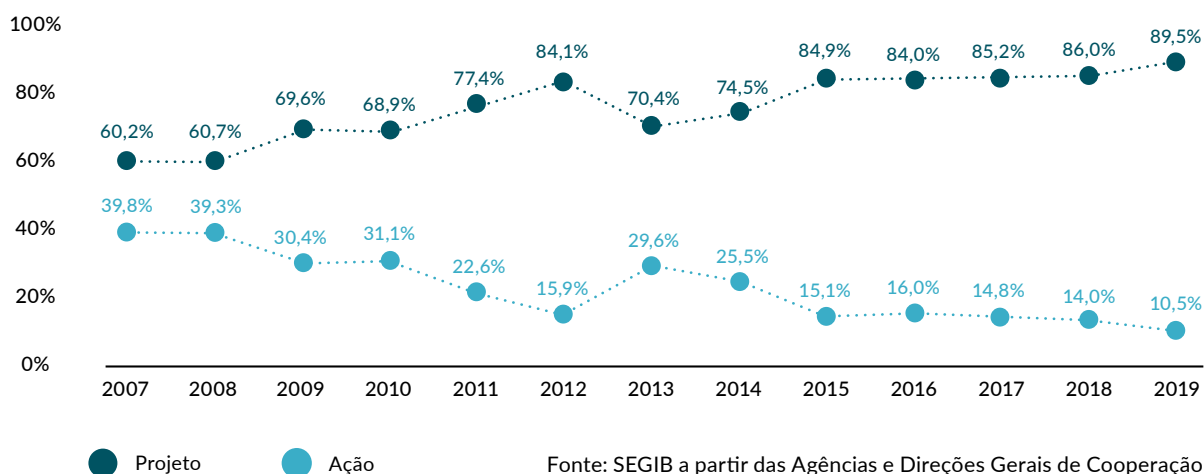


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

**GRÁFICO II.2**

**Evolução da participação dos projetos e das ações no total das iniciativas de CSS Bilateral da Ibero-América com todos os parceiros. 2007-2019**

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

O Gráfico II.1 também sugere um comportamento diferente (e até contraposto) das ações e dos projetos. Para o ratificar e mostrar de uma forma mais clara quão diferente foi a evolução de cada

tipo de iniciativa, elaborou-se o Gráfico II.2. A sua observação permite comparar, para cada ano do período 2007-2019, qual foi a participação relativa das ações e dos projetos sobre o total das iniciativas.

Tal como se pode observar, os dois valores assumem trajetórias claramente divergentes, o que sugere um progressivo deslocamento das ações a favor dos projetos. Com efeito, em 2007 as ações (mais pontuais, de menor dimensão e, conseqüentemente, mais fáceis de executar quando os países querem começar a promover a cooperação) justificavam praticamente 4 em cada 10 iniciativas. Em contrapartida, em 2019, mais de uma década depois, representavam uma em cada 10. Neste sentido, as ações continuam a executar-se por serem necessárias para a incursão de muitos países na CSS Bilateral, mas, cada vez mais, os países demonstram uma maior capacidade para concentrar os seus esforços na execução de projetos, uma ferramenta na qual a região aposta em 90% dos intercâmbios em que participa.

Finalmente, uma nota metodológica, pois as 822 iniciativas de CSS Bilateral mantidas em execução

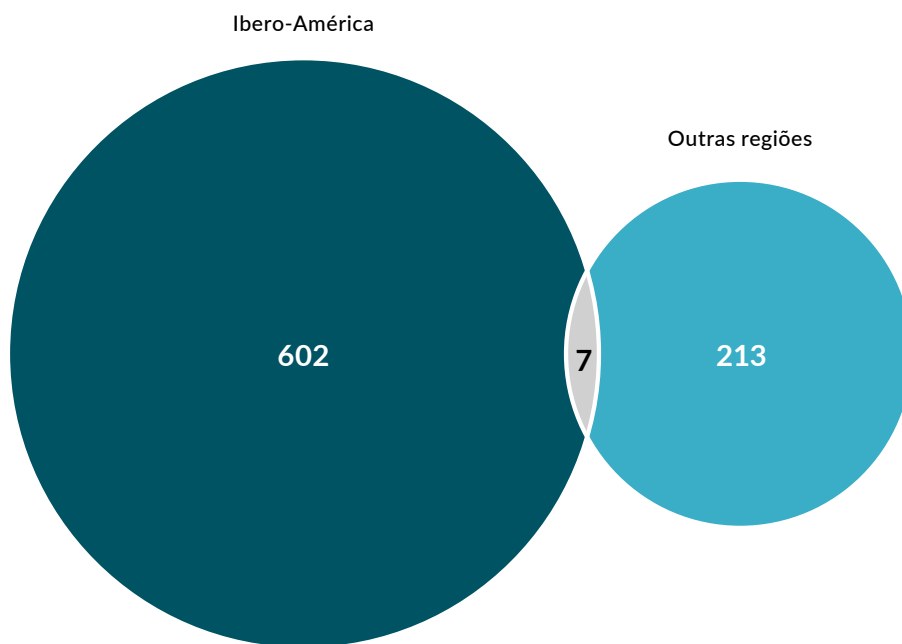
ao longo de 2019 podem dividir-se em dois grupos de acordo com a área geográfica de intervenção: de facto, o Gráfico II.3 mostra como praticamente 75% das iniciativas intercambiadas ocorrem entre países da Ibero-América; enquanto que os restantes 25% se promovem em conjunto com países em desenvolvimento de outras regiões. Assim, o presente capítulo dedica-se às mais de 600 iniciativas intercambiadas a nível intrarregional dentro da Ibero-América; enquanto que as restantes, mais de 200, se analisam no quarto capítulo deste Relatório.

*/// Em pouco mais de uma década, entre 2007 e 2019, os países ibero-americanos participaram em cerca de 7.400 iniciativas de CSS Bilateral ///*

**GRÁFICO II.3**

**Distribuição das iniciativas de CSS Bilateral, conforme a região de intercâmbio. 2019**

Em unidades



Nota: Nas iniciativas intercambiadas na "Ibero-América", quer o papel de ofertante quer o de recetor são exercidos por um ou por vários países ibero-americanos; nas categorizadas como de "Outras regiões", os papéis são ocupados, por um lado, pelos países ibero-americanos e, por outro lado, por países em desenvolvimento de outras regiões. Nas 7 iniciativas em que se regista coincidência, pelo menos um dos papéis (em geral o de recetor) é simultaneamente exercido por países de diferentes regiões.  
 Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

# II.2

## Participação dos países na CSS Bilateral na Ibero-América

Em 2019, os países ibero-americanos intercambiaram bilateralmente e entre si um total de 609 iniciativas de Cooperação Sul-Sul: 544 foram concretizadas através de projetos e 65 de ações. A presente secção analisa a forma como os países participaram nesta cooperação a partir de duas grandes perspetivas: a primeira, focaliza-se na intensidade com que os países participaram no total dos intercâmbios, bem como nos papéis em que o fizeram; enquanto que a segunda, foca a sua atenção no tipo de parcerias estabelecidas pelos países para cooperar.

### II.2.1 Países e papéis

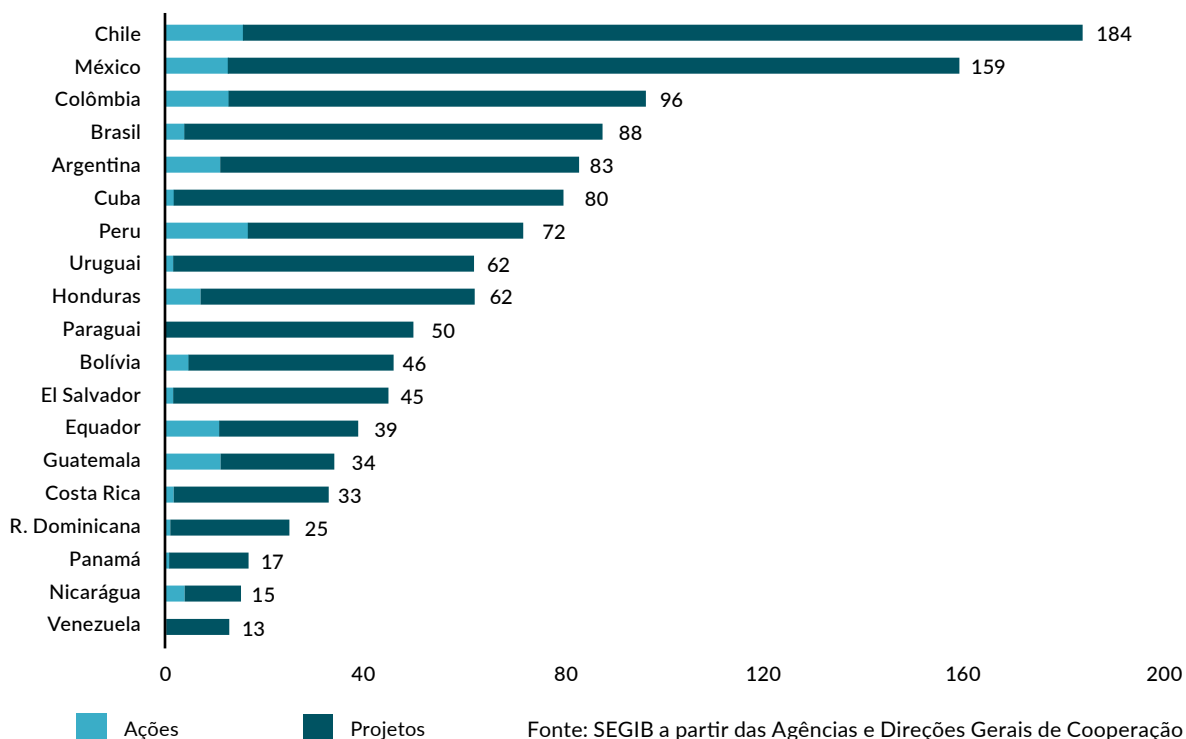
O Gráfico II.4 apresenta os 19 países da América Latina, conforme o número total de ações e projetos de Cooperação Sul-Sul Bilateral nos quais cada um deles participou ao longo de 2019. A sua observação permite agrupar os países de acordo com as diferentes dinâmicas de participação. Com efeito, destacaram-se em primeiro lugar o Chile e o México, no Sul e Norte do continente, dois países que chegaram a participar respetivamente em cerca de 185 e 160 iniciativas. Seguiram-se a certa distância, Cuba, Colômbia, Brasil e Argentina, todos eles presentes num elevado número de iniciativas, na faixa das 80 a 100.

Por outro lado, o Peru, Uruguai, Honduras e Paraguai, também registaram uma atividade significativa, que se reflete no facto de terem participado num total de 50 a 72 iniciativas, dependendo o caso. Os restantes países (todos eles situados nas sub-regiões andina, centro-americana e caribenha), constituem dois grupos delimitados pela barreira das 25 iniciativas: assim, com um valor igual ou superior, situaram-se a Bolívia, Equador, El Salvador, Guatemala, Costa Rica e República Dominicana; enquanto que o Panamá, Nicarágua e Venezuela registaram um nível de atividade menor.

GRÁFICO II.4

### Participação dos países na CSS Bilateral na Ibero-América, conforme as ações e os projetos. 2019

En unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

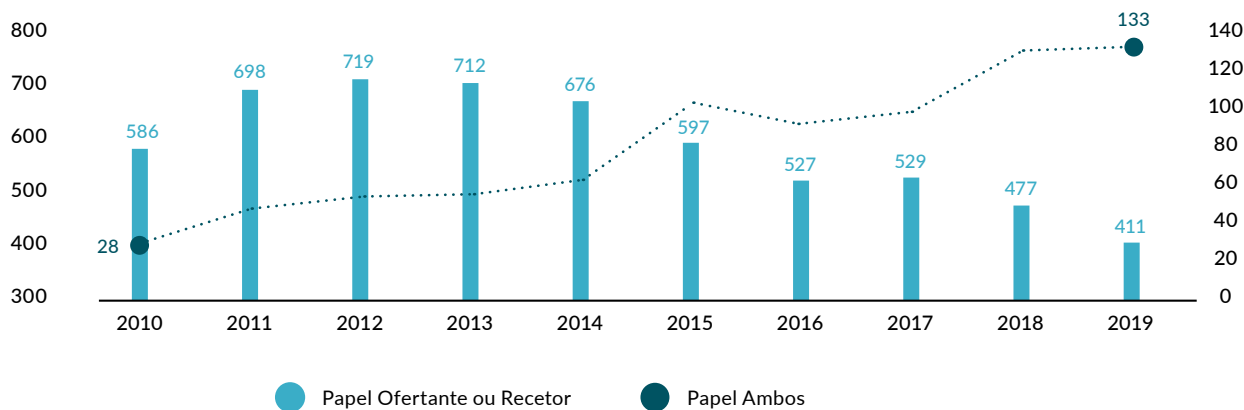
O Gráfico II.4 também permite ratificar outra ideia já anteriormente exposta: a crescente aposta nos projetos em detrimento das ações, que perdem importância relativa tanto no conjunto dos intercâmbios quanto na cooperação bilateral de cada país. Neste sentido, no conjunto da CSS Bilateral promovida na Ibero-América em 2019, a proporção entre projetos e ações é de 8 para 1. Países como o Chile e o México, registam um rácio ligeiramente superior (10/1), sendo os casos mais extremos os do Uruguai (30/1) e Cuba (40/1). No entanto, há países para os quais as ações continuam a ser uma ferramenta muito importante, e nesses casos o rácio é de 2 ou 3 projetos por ação. A este propósito, são de salientar a Nicarágua, Guatemala, Equador e Peru.

Outra perspetiva interessante e complementar consiste em saber que papel exercem os países. Em geral, numa iniciativa de CSS Bilateral participam dois parceiros. Historicamente, o mais habitual era que um deles exercesse o papel de ofertante e o outro o de recetor. Contudo, nos últimos anos, a prática transformou-se e emergiram com força iniciativas nas quais os dois parceiros exercem quer o papel de ofertante quer o de recetor. Para simplificar, decidiu-se que nessas iniciativas os dois parceiros exercessem o papel “ambos”. A crescente importância desta prática mostra-se no Gráfico II.5 que, para o período 2010-2019, compara as dinâmicas seguidas pelo volume de projetos de CSS Bilateral em que os países participaram no exercício de um único papel (eixo vertical primário, à esquerda) ou dos dois (eixo secundário, à direita).

**GRÁFICO II.5**

**Projetos de CSS Bilateral, conforme o papel em que os países participaram. 2010-2019**

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Tal como se pode observar, entre 2010 e 2012, o número de projetos em que os países participantes exerceram um único papel aumentou mais de 20%: de 586 para cerca de 720. No entanto, a partir desta altura produziu-se um ponto de viragem e o número de projetos começou a reduzir-se substancialmente, a uma taxa média anual de -7,5%, o que levou o dado final para os 411 de 2019. Este progressivo decréscimo resultou, principalmente, de um processo de deslocamento a favor dos projetos nos quais os países exerceram o papel

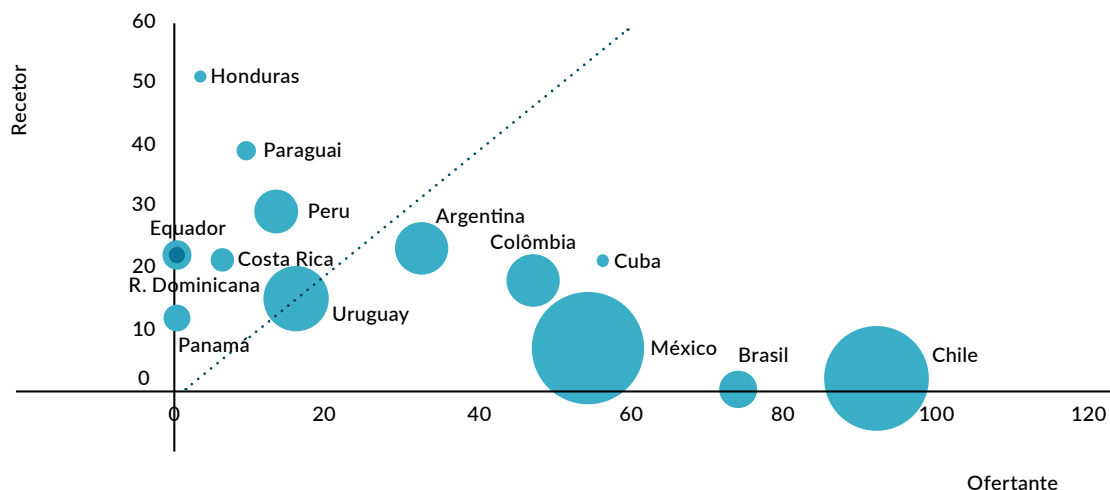
“ambos”: assim, durante a década compreendida entre 2010 e 2019, essa fórmula de participação aumentou 21% em média anual, um ritmo de crescimento que praticamente multiplicou por cinco o valor final destes projetos (de 28 para 133).

Como já se referiu, trata-se de uma dinâmica que emergiu com força e que, além disso, parece ser uma aposta (embora não exclusiva) dos países que tradicionalmente exerciam o papel de “ofertantes”. Pelo menos isso é o que sugere o Gráfico II.6, que

## GRÁFICO II.6

### Projetos de CSS Bilateral na Ibero-América, conforme o país e o papel (recetor, ofertante, ambos). 2019

Em unidades, projetos como recetor (eixo vertical); como ofertante (eixo horizontal); no papel de ambos (tamanho da bolha)



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

combina, para cada um dos países da América Latina que participaram nos 544 projetos de CSS Bilateral de 2019, três tipos de informações: a que se refere ao número de projetos em que participaram como “recetores” (dado referenciado no eixo vertical), como “ofertantes” (eixo horizontal) e, se for caso disso, no exercício do papel “ambos” (informação associada ao tamanho da bolha).

Tal como se pode ver no referido gráfico, as bolhas de maior tamanho tendem a situar-se abaixo da diagonal, coincidindo com o espaço onde, por sua vez, se encontram os países que participaram na CSS Bilateral com um perfil proeminentemente “ofertante”. Dois dos casos mais ilustrativos são os do México e do Chile, os quais exerceram respetivamente o papel “ambos” num máximo de 85 e 74 projetos. Outros casos de destaque foram os da Colômbia, Argentina e Brasil, cada um deles no papel “ambos” em 18, 17 e 10 projetos.

Entretanto, no lado superior da diagonal, identificam-se alguns países que, apresentando um perfil preferencialmente “recetor”, também exerceram o papel “ambos” num número suficientemente significativo de ocasiões: trata-se do Peru (13 projetos), bem como do Equador e da Costa Rica (6 e 4, respetivamente). Merece uma menção especial o Uruguai, cujo perfil é muito equilibrado, praticamente “dual”, tal como sugere o facto de se situar sobre a linha

diagonal. Assim, o Uruguai participou nos projetos de CSS Bilateral de 2019 exercendo o papel de “recetor” em 16 ocasiões, como “oferente” em 15, e combinando de forma simultânea “ambos” os papéis, em cerca de 30, um valor só ultrapassado pelo Chile e México.

## II.2.2. Relações de intercâmbio

Outra maneira de caracterizar a forma como os países ibero-americanos participaram na CSS Bilateral que se manteve em execução ao longo de 2019, é observando o perfil dos intercâmbios que se realizaram, o que principalmente significa identificar com quantos e quem se relacionou com quem, com que intensidade ou frequência e em que combinação de papéis.

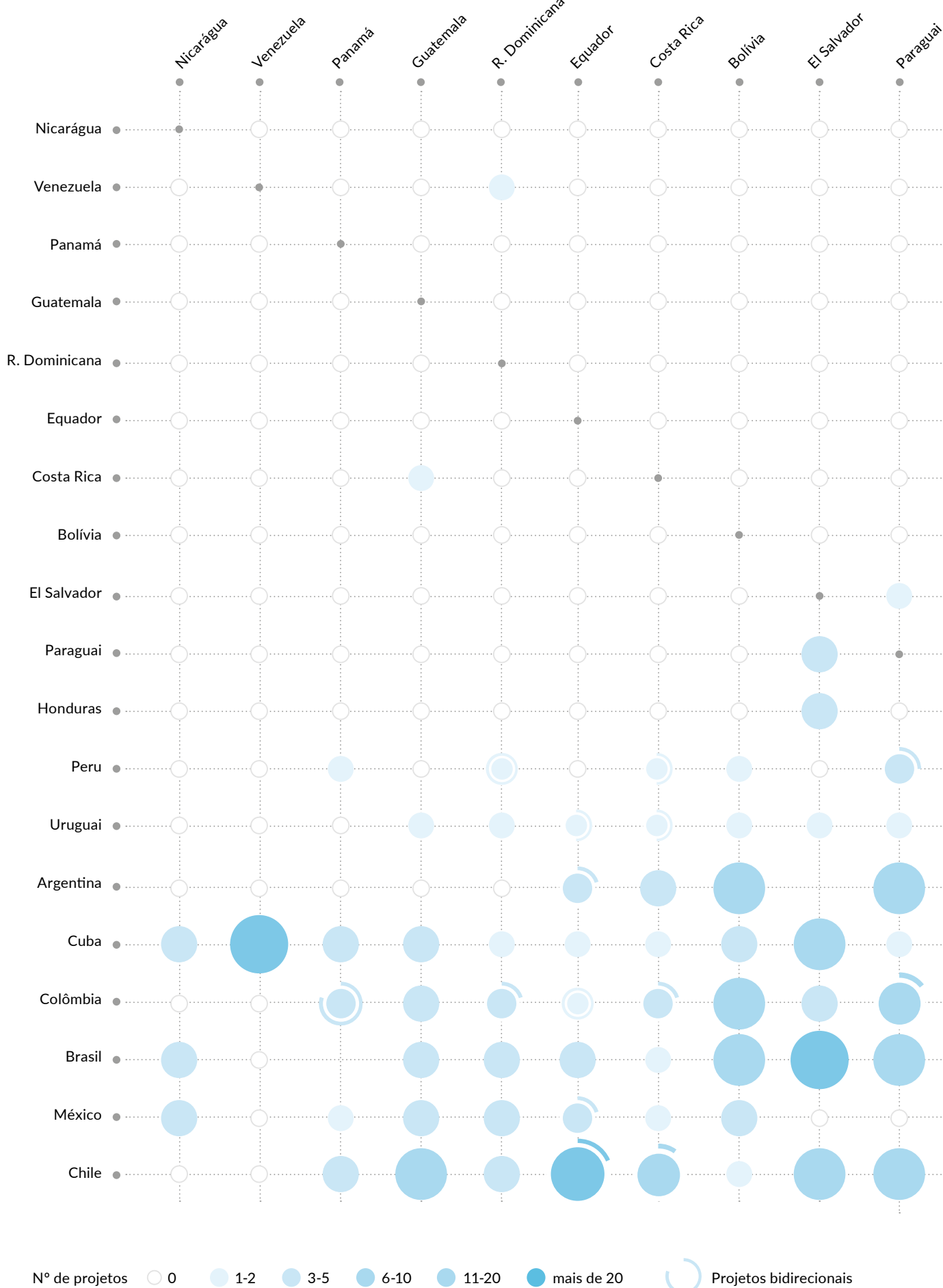
Para este efeito, elaborou-se o Gráfico II.7, que reproduz o formato de uma matriz, situando os 19 países ibero-americanos que participaram na CSS Bilateral, conforme exerceram o papel de recetor (na horizontal superior) ou de ofertante (na vertical esquerda). Os países classificam-se por ordem crescente, na medida em que o total dos projetos em que cada um deles participou aumenta, um dado que se refere sempre à cooperação realizada ao longo de 2019 e dentro da Ibero-América. De acordo com este critério, a Nicarágua aparece em primeiro lugar (11 projetos) e o Chile em último (168).

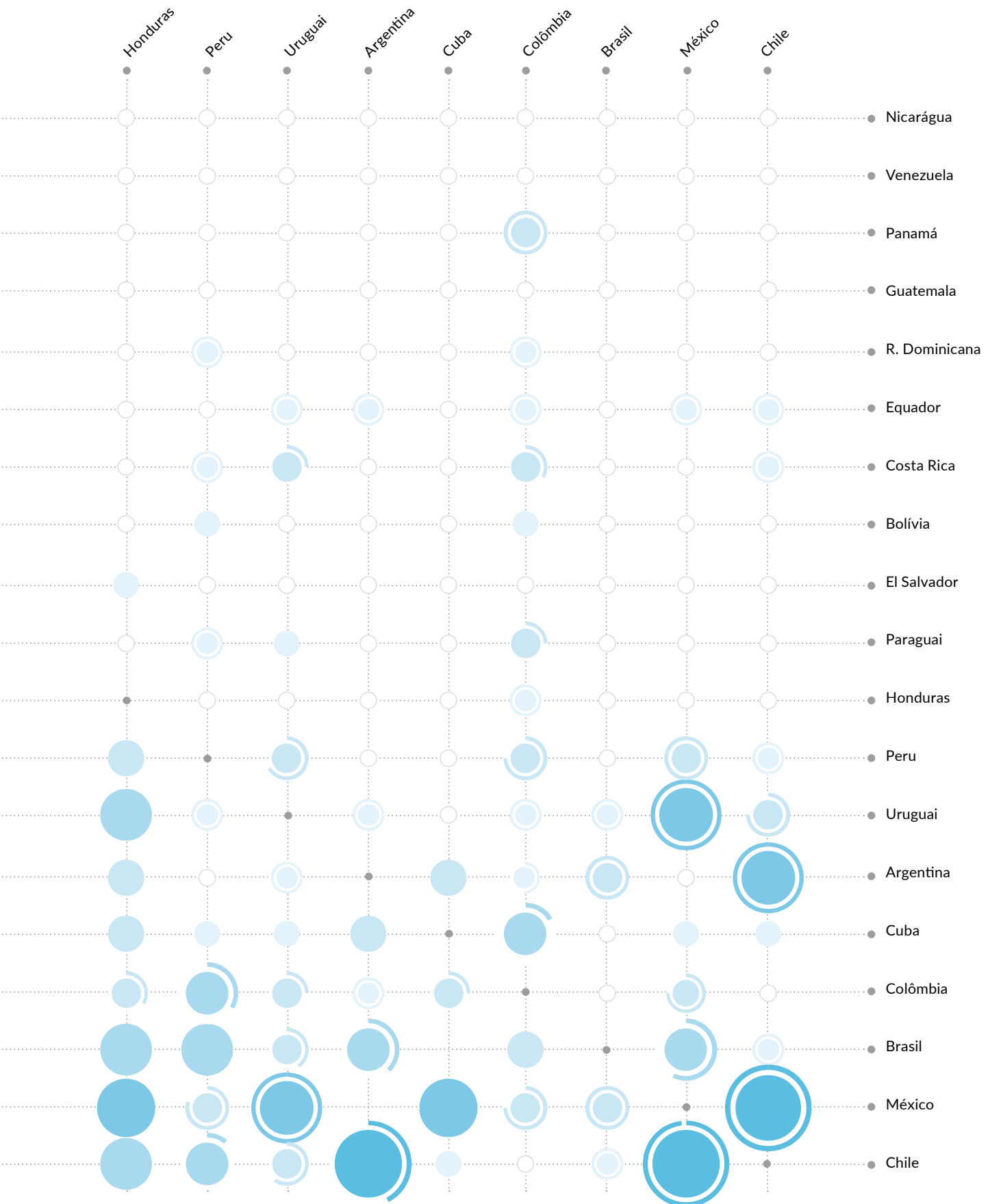


GRÁFICO II.7

Intensidade do intercâmbio por parceiros de países, conforme o número de projetos. 2019

Em unidades





Nota: Os países foram classificados por ordem crescente, conforme o valor total dos projetos de CSS Bilateral em que participaram em 2019 na Ibero-América. Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação

Ao ponto de intersecção entre dois países é atribuída uma bolha, cujo tamanho e cor (ver legenda) indica se houve ou não intercâmbio de projetos e, em caso afirmativo, quão intenso foi. Para além disso, relacionando cada bolha com a vertical ou a horizontal em que se situa cada um dos dois parceiros, sabemos o papel no qual cada um deles participou na cooperação, com um dado extra: uma seta que rodeia a bolha para indicar, em tamanho proporcional ao total, a frequência com que os dois países exerceram, de forma simultânea, “ambos” os papéis.

A primeira coisa que se pode observar a partir do Gráfico II.7 é que nos encontramos num cenário de enorme dinamismo, no qual os países mostram uma grande capacidade para aproveitar as múltiplas possibilidades de associação que existem. Assim, quando levamos em conta que os países ibero-americanos que participam na CSS Bilateral são dezanove e que todos podem exercer o papel de ofertante e de recetor, cada intercâmbio de iniciativas pode dever-se a 342 possíveis combinações de parceiros e papéis.<sup>1</sup> Em 2019, as diferentes combinações por país e

papel ascenderam a 133, o que significa que se concretizaram praticamente 40% das relações que potencialmente podiam ter ocorrido. Este valor contrasta, por exemplo, com o correspondente a 2010, quando só se executaram 1 em cada 10.

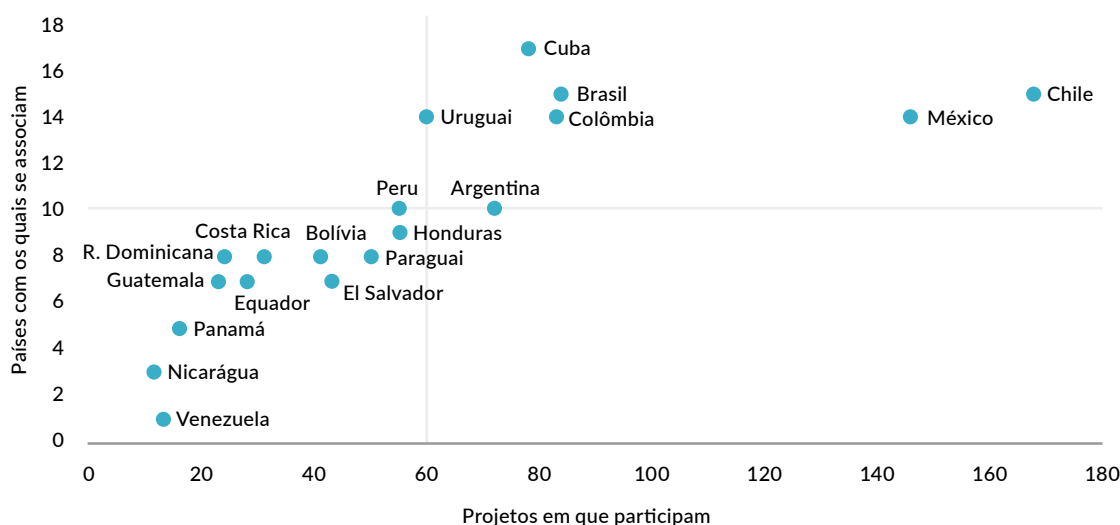
A possibilidade de se concretizarem associações novas e cada vez mais diferentes verifica-se porque também existe um processo de alargamento e diversificação do número de parceiros com que cada país se relaciona. No mesmo Gráfico II.7, este facto manifesta-se pelo espaço em que se tendem a concentrar as bolhas: os dois quadrantes do sul e os dois do leste. Isto acontece porque nesses quadrantes se situam os intercâmbios relativos aos países que participam num maior número de projeto e que, portanto, também têm a possibilidade de diversificar a sua cooperação em torno de mais agentes diferentes.

O Gráfico II.8 reforça esta ideia, facilitando simultaneamente a identificação de um padrão geral. Neste sentido, o gráfico situa cada país conforme o número total de projetos de CSS Bilateral em que participou em 2019 (dado sobre o eixo horizontal) e o

**GRÁFICO II.8**

**Participação dos países na CSS Bilateral na Ibero-América, conforme o total dos projetos em que cada um deles participou e o número de parceiros com que se relacionou. 2019**

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

<sup>1</sup> O total de 342 obtém-se ao multiplicar 19 por 19 e subtrair as 19 em que cada país se combinaria consigo mesmo.

*/// Nos encontramos num cenário de enorme dinamismo, no qual os países mostram uma grande capacidade para aproveitar as múltiplas possibilidades de associação que existem ///*

número total dos outros países ibero-americanos com os quais se associou para promover os intercâmbios (eixo vertical), sendo o máximo de 18. A correlação positiva que existe entre as duas variáveis resulta numa nuvem de pontos crescente, conforme a qual: os países que participam em menos de 20 projetos tendem a relacionar-se com um máximo de 5 parceiros diferentes; os que participam em 20 a 60 projetos, com outros 7 a 10; enquanto que os mais dinâmicos, com intercâmbios superiores, embora com algumas exceções, se relacionam com cerca de 15 parceiros.

Neste cenário, a distribuição do total dos 544 projetos de CSS Bilateral que os países intercambiaram na Ibero-América ao longo de 2019 por pares de parceiros é muito desigual. Assim, tal como se pode observar no mesmo Gráfico II.7, os valores de intercâmbio são muito díspares e oscilam dentro de um intervalo muito amplo (mínimos de 1 e 2 projetos e máximos de mais de 50). De facto, o mais frequente (em praticamente dois terços dos intercâmbios entre parceiros) é que não se executem mais de 5 projetos. A segunda casuística mais frequente (quase 30% das ocasiões), é que o intercâmbio se concretize na execução de até 15 projetos. E a menos frequente (em menos de 5% dos casos, tendentes a concentrar-se visualmente no quadrante sudeste do gráfico) é que se registe um intercâmbio superior, entre 15 e 56 projetos.

A este respeito, a possibilidade de associação com mais ou menos países e de distribuir o total dos projetos em que cada um participa de um modo mais ou menos concentrado ou diversificado, determina o padrão de intercâmbio de um país.

Mas, um elemento extra, também lhe confere um cunho especial: o peso, sobre o total intercambiado, que têm os projetos “bidirecionais”, aqueles em que os países exercem simultaneamente o papel de ofertante e de recetor. Dois casos ilustram esta diferença: Cuba (que cooperou com 17 dos 18 possíveis parceiros) e o México (segundo país com mais intercâmbios em 2019). O seu comportamento foi respetivamente registado nos Gráficos II.9.A e II.9.B, que distribuem (sobre um fluxograma) o total dos projetos em que cada um deles participou, situando no caudal esquerdo aqueles que exerceram o papel de ofertantes e, no direito, o de recetor.

Assim, Cuba, que em 2019 participou em 78 projetos de CSS Bilateral, apresenta um perfil preferencialmente ofertante, um papel a partir do qual concretizou mais de 90% dos seus intercâmbios. Só neste papel, Cuba associou-se com outros 17 países da região (todos exceto o Brasil), o que sugere uma distribuição diversificada da sua cooperação. Esta perceção ratifica-se pelo facto de que os seus principais parceiros, o México e a Venezuela, apenas justificam, em cada caso, cerca de 15% dos seus projetos.

Por sua vez, o México, segundo país com maior dinamismo na CSS Bilateral de 2019 (146 projetos), executou a sua cooperação a par de outros 14 parceiros, dois dos quais (Chile e Uruguai) se destacam especialmente por dois motivos: por um lado, porque o México partilha com eles 56 e 18 projetos, que justificam, de forma conjunta, metade da sua cooperação; e, por outro lado, porque se trata, na sua quase totalidade, de projetos nos quais os dois países participantes exerceram simultaneamente “ambos” os papéis.<sup>2</sup> Na realidade, os intercâmbios com o Chile e o Uruguai fomentaram-se através de um instrumento: os Fundos de Cooperação Conjunta que o México subscreveu com os dois países em 2008 e 2009 (SEGIB, 2020). Este facto contribui para dotar o México de um perfil mais dual ou equilibrado entre ambos os papéis, e que se reforça, principal, embora não exclusivamente, com outros intercâmbios também “bidirecionais”, entre os quais se destacam os realizados com o Brasil, Colômbia, Equador e Peru.

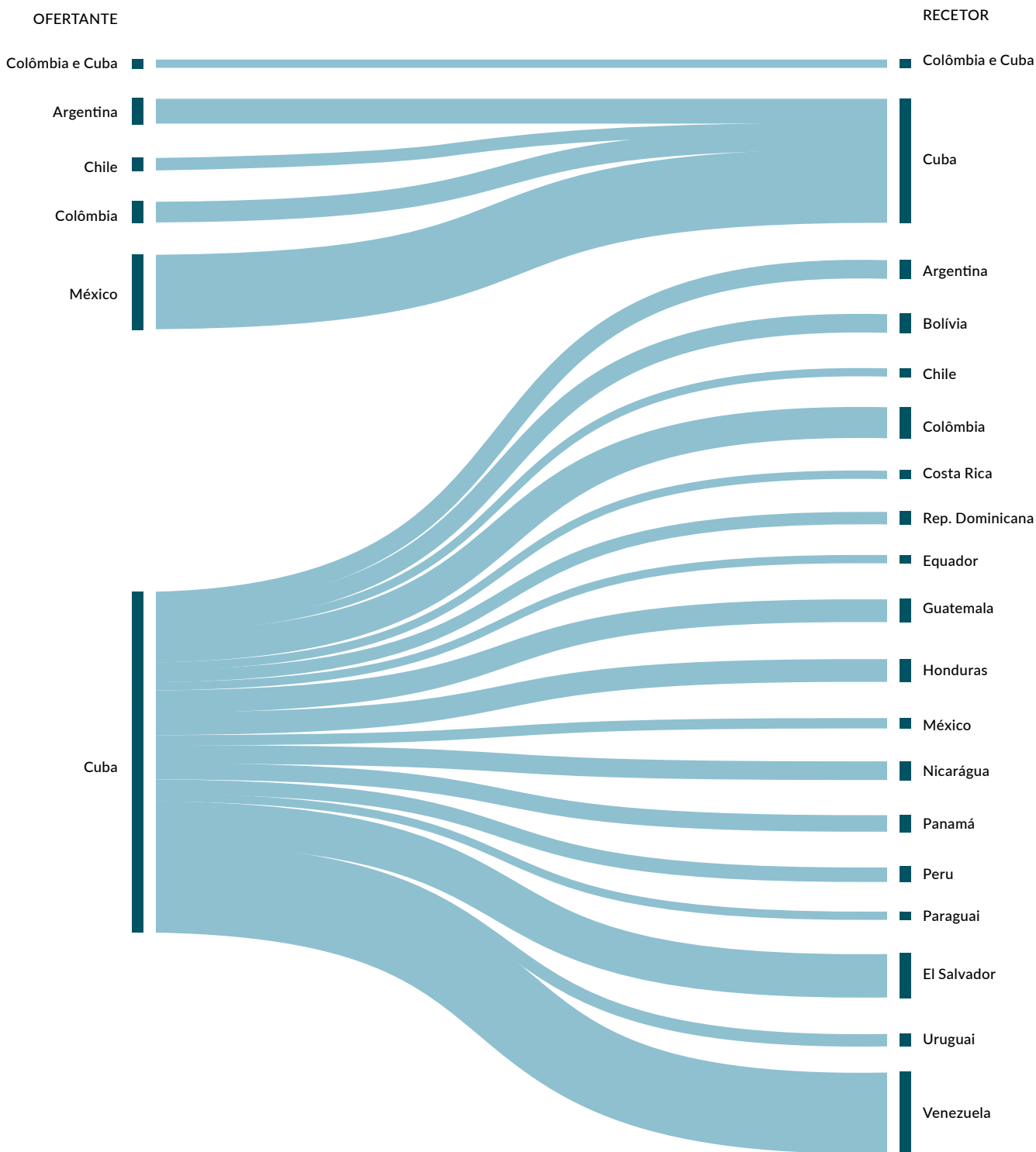
<sup>2</sup> Para identificar o exercício deste papel no fluxograma, optou-se por pôr os nomes dos países envolvidos, tanto sobre o fluxo que surge no caudal esquerdo (quando exercem o papel de ofertante) quanto naquele a que chega ao caudal direito (quando exercem o papel de recetor).

GRÁFICO II.9

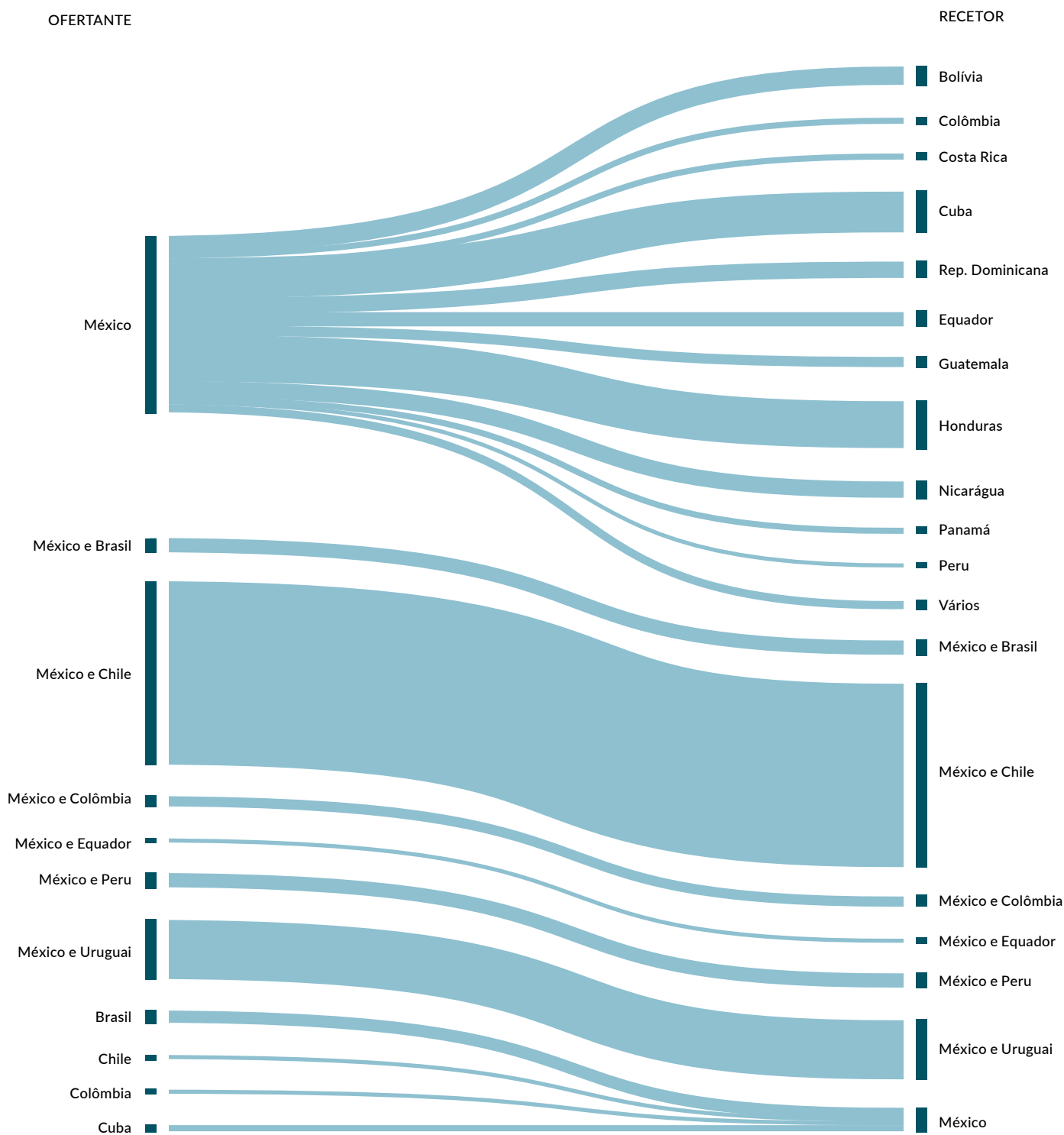
### Distribuição dos projetos de CSS Bilateral de Cuba e México com parceiros ibero-americanos, conforme o papel. 2019

Em unidades

#### II.9.A. Cuba



II.9.B. México



Nota: Quando um projeto é "bidirecional" e os dois países exercem simultaneamente "ambos" os papéis, opta-se por assinalar os correspondentes fluxos com os dois nomes, tanto no caudal do "ofertante" quando no do "recetor".  
 Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

# II.3

## Análise setorial da Cooperação Sul-Sul Bilateral de 2019

A presente secção focaliza-se nas capacidades que se fortaleceram através da CSS Bilateral, a partir de uma perspetiva dupla: a primeira, de alcance regional; e a segunda, com uma visão de país. Trata-se de identificar que pontos fortes foram partilhados pelos países quando exerceram o papel de ofertantes, que necessidades cobriram ou que

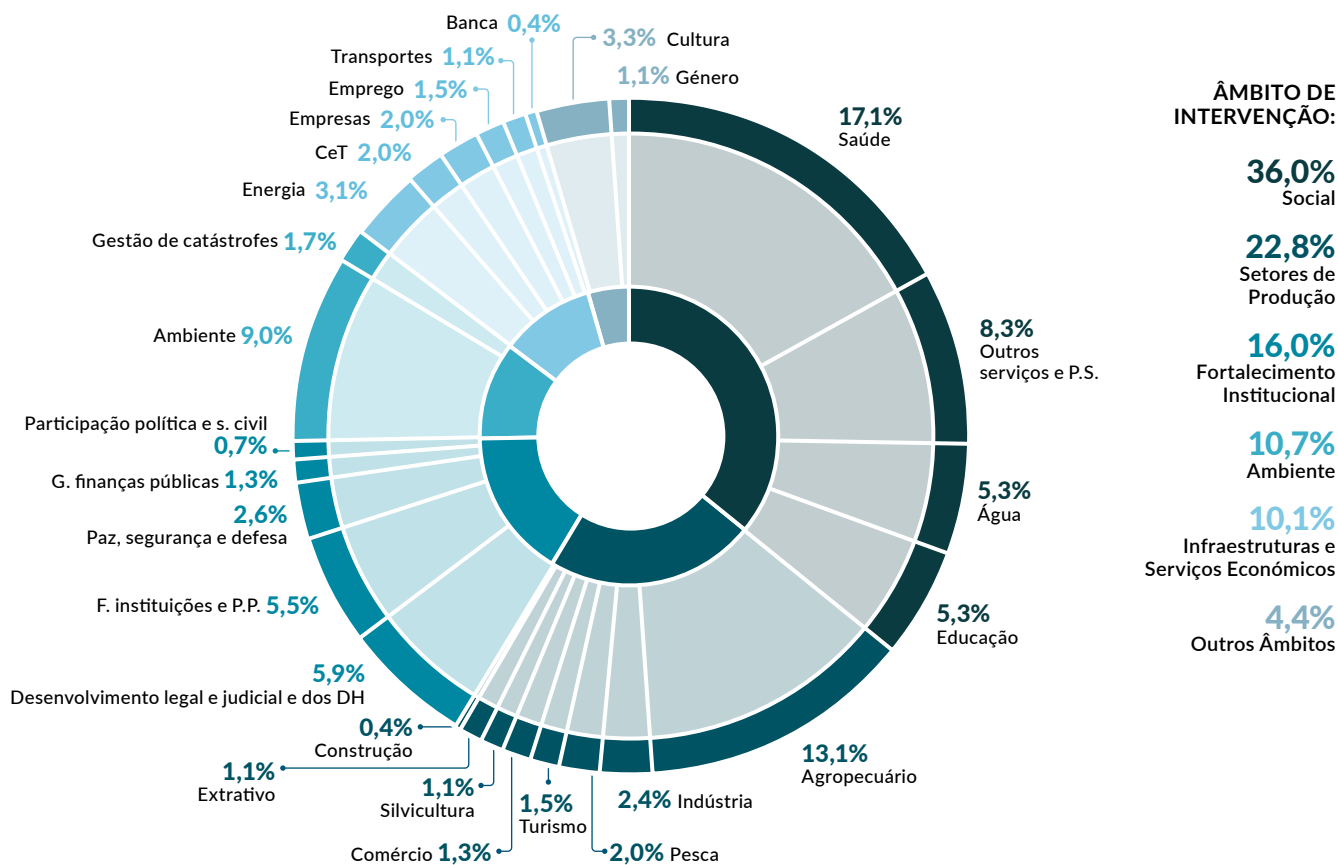
lacunas foram tentando colmatar quando participaram como recetores; e, em suma, como se reforçou o conjunto da região. Para orientar este exercício, analisa-se a CSS Bilateral de 2019 numa perspetiva setorial e de âmbitos de intervenção, conforme a classificação definida e concertada no espaço ibero-americano e que se inclui na Nota metodológica.

Para além disso, e no contexto da atual pandemia da COVID-19, este conhecimento das capacidades fortalecidas através da CSS Bilateral é também fundamental para extrair ensinamentos de experiências anteriores e tentar ver como a partir da cooperação se pode contribuir para a resposta sanitária, económica e social que a Ibero-América deve impulsionar perante este enorme desafio.

**GRÁFICO II.10**

### Projetos de CSS Bilateral, por setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

### II.3.1. Capacidades fortalecidas

O Gráfico II.10 distribui os 544 projetos de CSS Bilateral mantidos em execução na Ibero-América durante 2019, conforme o setor de atividade e o âmbito de intervenção que principalmente visaram. Os setores visualizam-se no círculo concêntrico externo e os âmbitos que os agrupam, no interno.

Numa primeira aproximação aos âmbitos de intervenção e tal como tem vindo a ser habitual, o Gráfico II.10 mostra como a maior parte dos projetos (mais de um terço) se dedicaram a fortalecer capacidades na área Social. Se a estes somarmos 22,8% e 16,0% dos intercâmbios que, respetivamente, visaram os Setores de Produção e o Fortalecimento Institucional, já se justificam 75% dos projetos de 2019. O apoio ao Ambiente (10,7%), às Infraestruturas e Serviços Económicos (10,1%) e, mais pontualmente, aos Outros âmbitos (4,4%), constitui os últimos 25%.

A distribuição anterior é determinada pela importância relativa que os diferentes setores registam. Neste sentido, e tal como já tinha vindo a acontecer em anos anteriores, ao longo de 2019 a atividade que concentrou um maior número de projetos (mais de 90, equivalentes a 17,1% do total) voltou a ser a da Saúde. Este dado é muito relevante, tendo em conta a grave crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19 a partir do início de 2020. Parar para pensar nos pormenores dos temas especificamente abordados por esses projetos, torna-se agora numa tarefa imprescindível para identificar os pontos

*// A maior parte dos projetos (mais de um terço) se dedicaram a fortalecer capacidades na área Social //*

#### QUADRO II.1

### A Cooperação Sul-Sul da Ibero-América face à crise sanitária da COVID-19

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto de pneumonia inicialmente detetado em Wuhan (China), a partir do qual começaram a surgir casos noutros países do mundo, constituía o que se denominou uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Um mês e meio depois, em 11 de março de 2020, os alarmantes níveis de propagação da doença e a sua gravidade levaram a OMS a determinar que a COVID-19 se podia caracterizar como pandemia (OMS, 2020).

Passado outro mês, em 14 de abril de 2020, a OMS publicou uma atualização da sua “Estratégia contra a COVID-19”. Este

documento-guia alimenta-se do Plano Estratégico de Preparação e Resposta apresentado à comunidade internacional no dia 3 de fevereiro de 2020, bem como das suas aprendizagens e de outras recomendações técnicas que se foram elaborando à medida que a pandemia avançou. As principais linhas da estratégia de resposta proposta, atualizada em abril de 2020, apresentam-se, nas suas dimensões global e nacional, no primeiro esquema.

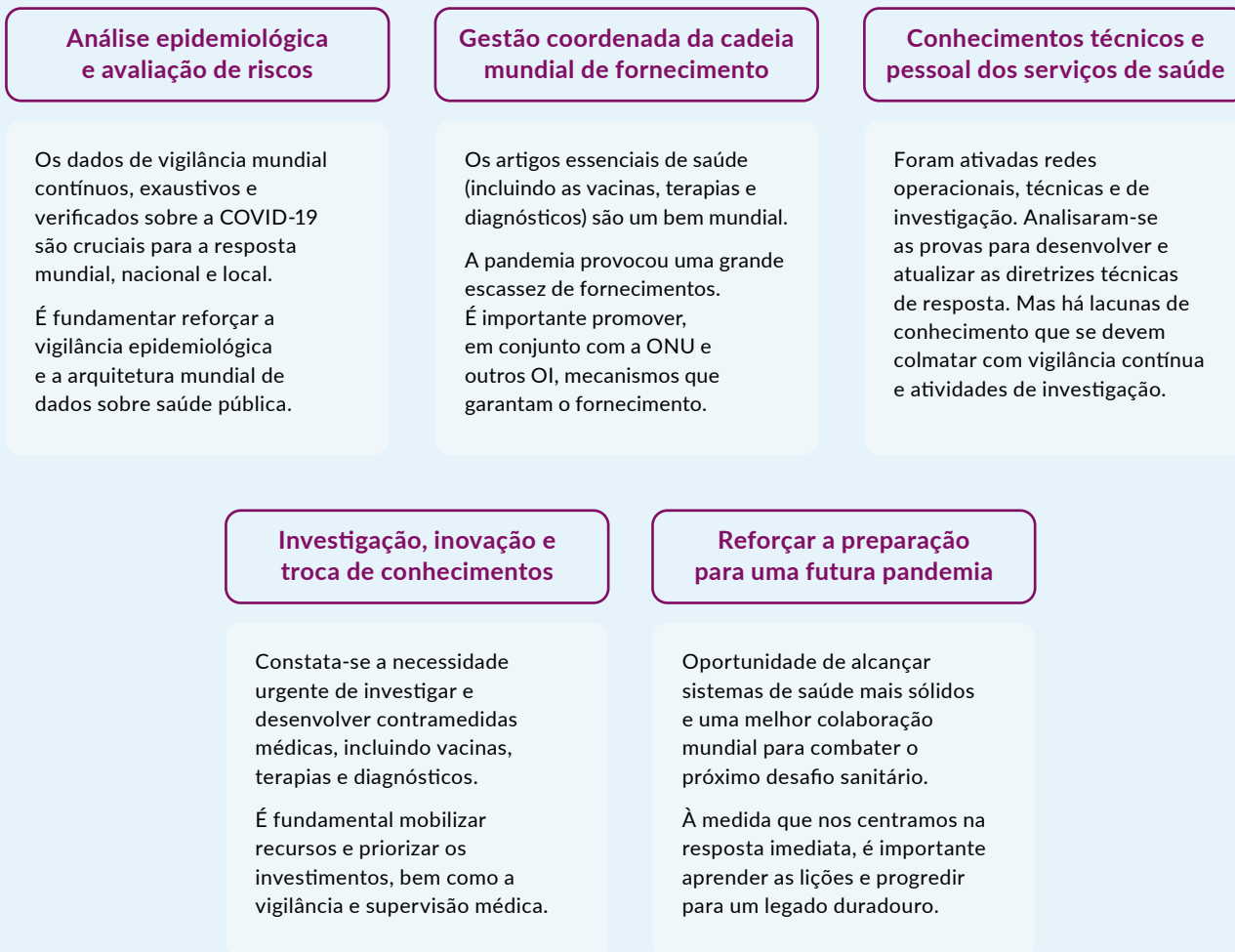
Tal como se pode ver, sempre segundo informações da OMS e no que se refere à ação internacional, é fundamental reforçar a vigilância epidemiológica, baseada na produção de dados essenciais para a tomada de decisões e para

a elaboração de medidas, diretrizes técnicas e estratégias de resposta à COVID-19. É também crítico tudo o que se relaciona com a colaboração e coordenação internacional para fazer avançar a investigação e o desenvolvimento de terapias e vacinas que permitam curar e imunizar a população mundial, bem como uma coordenação que garanta o fornecimento estável e seguro de medicamentos e de qualquer artigo essencial de saúde, incluindo essas mesmas terapias e vacinas. Proteger e dotar com recursos o pessoal dos serviços de saúde e reforçar os sistemas de saúde, torna-se numa necessidade para dar a melhor resposta aos desafios de hoje e a qualquer repto futuro.



**Principais linhas da estratégia global e nacional da OMS para a COVID-19**

**ESTRATÉGIA GLOBAL**



Fonte: SEGIB a partir da OMS (2020)

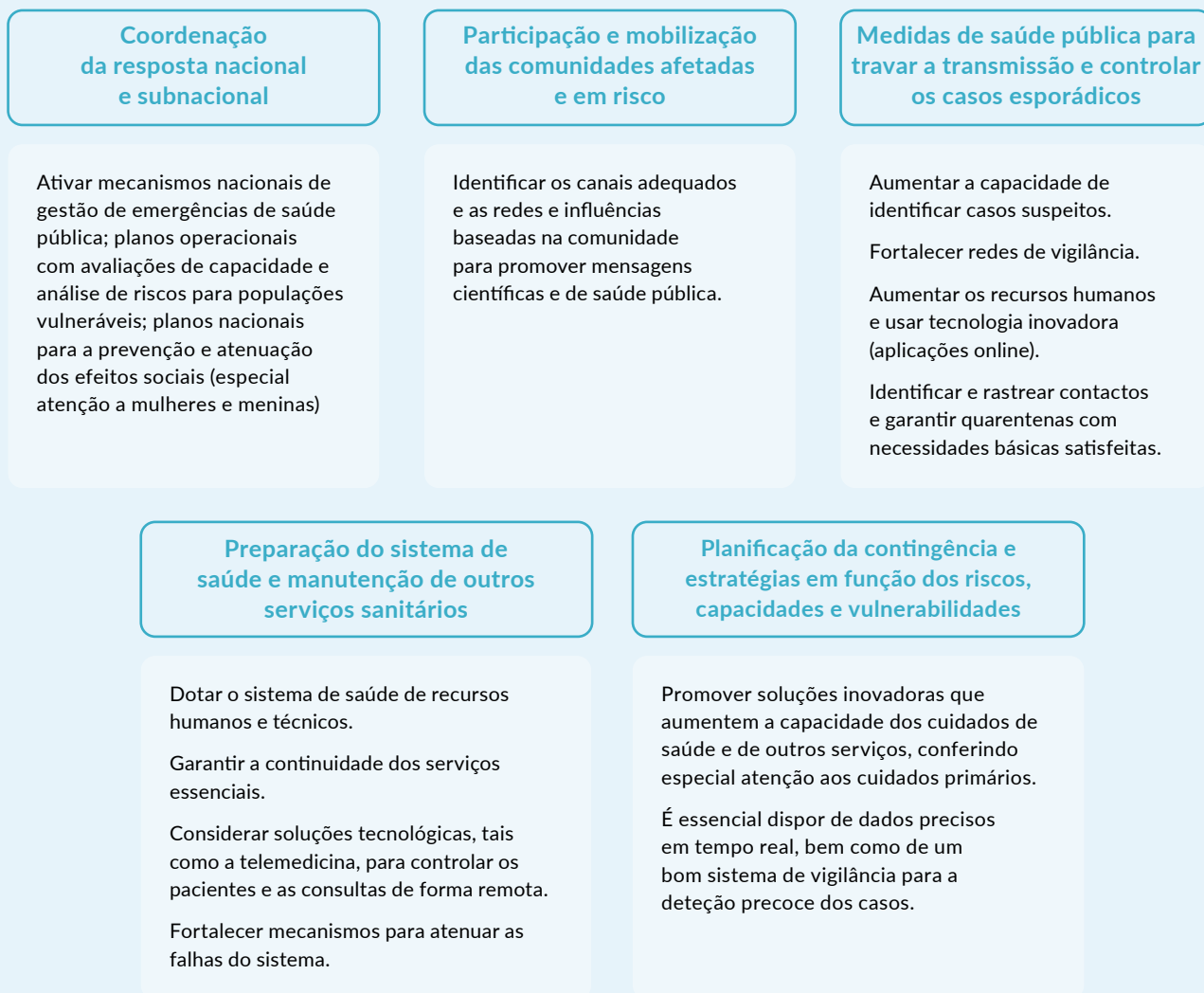


fortes da região na matéria, tentar aprender com as experiências do passado e assim poder contribuir para construir a resposta que a Ibero-América terá de dar a este desafio sem precedentes, não só a curto, mas também a médio e longo prazo. Com este espírito, elaborou-se o Quadro II.1, que analisa as experiências passadas a partir de um foco ampliado

aos anos 2018 e 2019 e a uma conceção mais integral da saúde (que permite incluir elementos não só classificados no seu setor),<sup>3</sup> e que estuda o modo como a CSS pode contribuir para a resposta a esta grave crise, em sintonia com as recomendações da própria Organização Mundial da Saúde (OMS).

<sup>3</sup> Tal como podemos observar no Quadro II.1, recorre-se a uma conceção mais integral da saúde, como a que é utilizada pelas organizações Mundial e Pan-Americana (respetivamente OMS e OPS). Esta conceção permite integrar na análise problemáticas relativas a esta matéria que são muito importantes para a luta contra a COVID e que, a priori, foram classificadas em outros setores, tal como o caso dos idosos (em geral classificados em *Outros serviços e políticas sociais*) e da segurança dos alimentos (em *Agropecuário*).

### ESTRATÉGIA NACIONAL



Fonte: SEGIB a partir da OMS (2020)



Ainda no que se refere ao âmbito Social, para além do setor da *Saúde*, são de salientar os 45 projetos orientados para fortalecer os *Outros serviços e políticas sociais*, que justificam até 8,3% do total intercambiado na Ibero-América em 2019. Para isso, foi relevante a cooperação que fomentou o desporto como ferramenta para uma maior inclusão social, especialmente dos jovens; a dedicada à promoção de habitação social e reabilitação integral dos bairros; bem como os cuidados prestados a coletivos vulneráveis, entre os quais devemos sobretudo mencionar a primeira infância, idosos, pessoas com deficiência (há projetos específicos sobre

programas nacionais de comunicação para pessoas que sofram de surdez) e comunidades indígenas.

Completam o panorama Social, 10% dos projetos que, em partes iguais, se dedicaram a fomentar a *Educação* e o *Abastecimento e saneamento de água*. Identificam-se nestas categorias projetos dedicados, por um lado, à alfabetização, formação de profissionais, fomento da digitalização e adaptação curricular para garantir uma educação de qualidade às crianças com menos de quatro anos e às que se encontram em tratamento hospitalar; e, por outro lado, a uma melhor gestão dos recursos hídricos, recarga de aquíferos e introdução e gestão de tarifas

Para além de tudo isto, é recomendável que a resposta nacional envolva e coordene todos os níveis de governação, inclua mecanismos próprios da gestão de emergências e combine planos de contingência com outros planos a médio e longo prazo. Com o objetivo de travar a transmissão e controlar os casos, a OMS sugere que se disponha de dados precisos em tempo real e de um bom sistema de vigilância para a deteção precoce. O envolvimento de todos é fundamental: por um lado, da população, que deve ter acesso à informação e receber mensagens claras que contribuam para um bom exercício da responsabilidade pessoal; e, por outro lado, de um sistema de saúde que deve ser fortalecido para poder compatibilizar a resposta à pandemia com o exercício normal das suas funções. Para o efeito, será necessário dotá-lo de mais recursos e alargar as suas capacidades, especialmente no que se refere aos cuidados primários, podendo para isso recorrer a soluções inovadoras que, apoiadas na tecnologia, contribuam para aumentar a sua capacidade de resposta (aplicações de rastreio, consultas médicas remotas, tele-saúde e outras).

Neste cenário, é interessante identificar as contribuições que se podem realizar a partir da Cooperação Sul-Sul para responder a esta grave crise, quer imediatamente quer a médio e longo prazo. A região acumula uma notável experiência nesta área: com efeito, entre 2006 e 2019, o total das ações e projetos de CSS Bilateral que visaram o setor da Saúde elevaram-se a 835. De igual forma, e ano após ano, a *Saúde* é o setor para o qual se tendem a orientar a maior parte dos intercâmbios bilaterais: assim, só em 2018 e 2019, cerca de uma centena de projetos, equivalentes a 18% e 17% do total executado em cada exercício, visaram o fortalecimento em matéria sanitária.

Mas a experiência torna-se ainda mais rica se recorrermos a uma conceção mais integral da saúde, como a que utiliza a OMS e a OPS. Nesse caso, o leque de projetos alarga-se, pois permite integrar no estudo iniciativas que, classificadas noutros setores, também se orientam para problemáticas relativas a esta matéria. A modo de exemplo, os projetos de apoio integral classificados em *Outros serviços e políticas sociais*, multissetoriais, mas com

componentes sanitárias, ou os que visam aspetos mais vastos da saúde pública, tal como os que se ocupam da segurança dos alimentos, categorizados nos setores *Agropecuário* ou da *Indústria*.

Analisado sob esta nova perspetiva, o impacto é muito maior, pois conclui-se que cerca de um terço (29,6%) dos 766 projetos de CSS Bilateral que estiveram em execução em alguma altura dos anos 2018 e 2019 contribuíram de alguma forma para fortalecer as capacidades regionais na área da *Saúde*. O segundo gráfico distribui esses 227 projetos e aplica a categorização da OPS e OMS por áreas programáticas para distinguir os objetivos concretos visados: redução e inclusive eliminação de doenças transmissíveis (um em cada 10 projetos); prevenção e tratamento das não transmissíveis (15%); promoção de determinantes e condições de saúde ao longo de todo o ciclo de vida (praticamente 4 em cada 10); fortalecimento dos sistemas de saúde (a quarta parte); e todas as intervenções relacionadas com a redução de riscos, preparação, resposta e recuperação do possível impacto de epidemias, catástrofes, conflitos ou emergências ambientais (12,3%).



e preços, especialmente dos serviços ecossistémicos, a fim de fazer avançar, não só uma melhor preservação dos recursos, mas também modelos que universalizem o seu acesso. É importante salientar que uma grande parte destas experiências também serão muito valiosas para extrair ensinamentos sobre a pandemia da COVID-19, quer em resposta

à crise sanitária (Quadro II.1) quer também à crise económica e social, abordada mais em pormenor no Quadro II.2, incluído no fim desta secção.

Na mesma linha argumental, situaram-se os mais de 70 projetos orientados para fortalecer o setor *Agropecuário*. Com um peso relativo superior a 13%,

**Projetos de CSS Bilateral (2018-2019) categorizados de acordo com a sua contribuição para uma conceção mais integral da saúde e dos quais se retiram aprendizagens para dar resposta à crise sanitária**

Em unidades

**227 projetos de CSS que fortalecem a Saúde a partir de uma conceção alargada**



**Projetos de CSS que oferecem aprendizagens para aplicação à estratégia sanitária de luta contra a COVID-19**

Nota: Categorização dos projetos conforme as áreas programáticas da OMS e OPS. Fonte: SEGIB a partir da OPS-SEGIB (2017), OMS (2019) e Agências e Direções Gerais de Cooperação



o agro é o segundo setor mais importante de 2019 e o primeiro no âmbito dos Setores de Produção, muito diversificado em torno de outros 7, todos eles com participações pontuais e, em caso algum, superiores a 2,4%. Tal como tem vindo a ser habitual, houve numerosos intercâmbios impulsionados para reforçar as cadeias produtivas de culturas próprias

da região, tais como o cacau, café, batata e quinoa; de apoio à cadeia de criação de animais e laticínios; bem como outros, concebidos para adaptar as práticas agrícolas à ameaça da mudança climática e à proteção das colheitas. Mas, no contexto da pandemia da COVID-19, e tal como já se viu no Quadro II.1, há um bloco de experiências agropecuárias de

A análise pormenorizada dos projetos que se incluem em cada uma destas novas categorias também permite identificar experiências alinhadas com a estratégia proposta pela OMS e extrair ensinamentos que permitam reforçar capacidades essenciais para a luta contra a pandemia da COVID-19, tanto no que se refere à resposta imediata quanto às suas componentes a mais longo prazo.

Especificamente, emergem por exemplo projetos relativos ao controlo e gestão da saúde animal, zoonose e transmissão de doenças aos humanos, um aspeto sem dúvida importante na origem da atual pandemia, mas que sobretudo pode contribuir para a prevenção de futuras crises. A região também tem experiência na abordagem de outras doenças transmissíveis, entre as quais são de destacar a tuberculose que, tal como a COVID-19, tem um dos seus focos de transmissão no ar e concentra parte da sua grave afeção nos pulmões e no sistema respiratório.

Outras experiências com as quais podemos aprender, têm a ver com o desenvolvimento de terapias e de tratamentos imunológicos, neste caso contra o cancro. Aqui devemos acrescentar

o fortalecimento de técnicas de deteção e atenção precoce aplicadas a doenças específicas, e que se poderão vir a transferir para os casos próprios da COVID. Além disso, e dado o impacto psicológico que as medidas de distanciamento social e confinamento estão a ter em parte da população, são fundamentais as experiências relativas ao fortalecimento dos programas de saúde mental.

Pode também ser importante toda a experiência acumulada na região para reforçar as estratégias de saúde e apoio integral aos idosos, sem dúvida um dos grupos populacionais mais vulneráveis e afetados pela COVID-19. A proteção sanitária e social aos mais vulneráveis é precisamente uma das componentes da estratégia recomendada pela OMS, e nisso a América Latina também acumula experiências com as quais podemos aprender, tal como sugerem os projetos dedicados à inclusão de perspetivas etno-culturais, de Direitos Humanos e de cuidados à primeira infância e a migrantes internacionais, entre outras, na abordagem das políticas de saúde pública.

Por sua vez, é imprescindível aproveitar toda a aprendizagem

possível da cooperação que nos últimos anos se dedicou ao fortalecimento institucional do setor da saúde, à formação dos seus profissionais e ao reforço de um serviço crítico para esta pandemia, tal como o dos cuidados primários. É também relevante o caminho já percorrido no desenvolvimento da telemedicina, que contribui para alargar a capacidade de resposta do sistema em situações de especial pressão. Não nos devemos ainda esquecer de toda a cooperação realizada que contribui para o desenvolvimento de novos medicamentos, bem como para fazer avançar a melhoria da sua regulamentação e promover e garantir um acesso seguro.

Finalmente, há também experiências regionais relacionadas com a preparação, vigilância e resposta aos riscos sanitários, incluindo-se aqui a emergência de uma pandemia como a da COVID-19. Neste sentido, são de destacar os projetos que promoveram a aplicação de tecnologia para a vigilância epidemiológica, os dedicados à gestão dos riscos sanitários e também os que contribuíram para capacitar os profissionais da saúde no âmbito da epidemiologia de terreno.

Fonte: SEGIB a partir da OMS (2020), OMS (2019), OPS-SEGIB (2017), página digital da OMS ([www.who.int](http://www.who.int)) e Agências e Direções Gerais de Cooperação

CSS Bilateral especialmente relevantes: trata-se das dedicadas à segurança alimentar, vigilância epidemiológica e gestão das questões fitossanitárias e de saúde animal, essenciais numa crise cuja origem, a priori, resulta precisamente da transmissão de doenças de origem animal aos seres humanos.

Por sua vez, e no âmbito do Fortalecimento Institucional, destacaram-se os projetos dedicados ao *Desenvolvimento legal e judicial e dos Direitos Humanos*, ao *Fortalecimento das instituições e das políticas públicas* (cerca de trinta iniciativas em cada caso) e, em menor medida, a questões de *Paz, segurança pública, nacional e defesa* (14 intercâmbios).

/// **Praticamente cinquenta projetos visaram temas relativos ao Ambiente, o terceiro setor com maior peso relativo na Ibero-América em 2019** ///

Neste caso, a cooperação foi preferencialmente orientada para a melhoria dos sistemas judiciais e penitenciários, especialmente numa perspetiva de garantias e de fomento da reinserção de jovens e adolescentes, bem como para o tratamento de diferentes questões de Direitos Humanos, entre as quais se destacam as relativas às iniciativas de Memória, Verdade e Justiça, e à eliminação das piores formas de trabalho infantil. Também se identificaram projetos para apoiar os países no seu ordenamento territorial, dotando-os de ferramentas de planificação em muitas ocasiões baseadas no uso de informações geoespaciais; de profissionalização da função pública, aplicando, por exemplo, técnicas de avaliação de desempenho; e de incorporação das tecnologias da informação na gestão documental dos Governos.

Entretanto, praticamente cinquenta projetos visaram temas relativos ao *Ambiente*, o terceiro setor com maior peso relativo na Ibero-América em 2019. Coexistiram aqui experiências muito variadas, entre as quais se destacaram as dedicadas à conservação de vários tipos de ecossistemas, muito especialmente dos marinhos e costeiros, bem como aos próprios de algumas regiões, tais como a alto-andina ou a amazónica, e a espécies animais também concretas, tais como as araras vermelhas e verdes, cuja sobrevivência se encontra ameaçada pela progressiva desflorestação dos seus habitats naturais. De facto, a luta contra a desflorestação e a mudança climática foi outro dos objetivos visados por estes projetos, tudo isto conforme os compromissos assumidos pela região relativamente ao Acordo de Paris. Houve cooperação para a adoção de técnicas de avaliação ambiental, de medição de gases com efeito de estufa e de sistemas de monitorização florestal, algumas das quais baseadas no uso de dados via satélite. Também se deu prioridade à gestão de resíduos sólidos e muito especialmente dos microplásticos. Para completar este âmbito, registaram-se uma dezena de projetos dedicados à *Gestão de catástrofes*, a partir da introdução de sistemas de alerta e prevenção de riscos, sobretudo em matéria de sismos, inundações, incêndios e secas, com um foco preferencial nas zonas urbanas.

**QUADRO II.2**

**A Cooperação Sul-Sul da Ibero-América face à crise económica e social da COVID-19**

A crise sanitária provocada pela COVID-19 empurrou a economia mundial para uma nova recessão. As respostas de que esta emergência mundial necessita para proteger a saúde e a vida dos cidadãos, tais como medidas de distanciamento social, encerramento de atividades e restrições à mobilidade, conduziram a uma paralisia da economia mundial que, conforme

as últimas previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2021), representou, em 2020, uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) global de -3,5%.

O próprio FMI e outros organismos multilaterais, tais como a OCDE, Banco Mundial e CEPAL, concordam em referir que a queda da atividade foi inclusivamente mais grave nas denominadas

economias emergentes e/ou em desenvolvimento, entre as quais se encontra o conjunto da região latino-americana. Com efeito, caso se cumpram as previsões em 2020 e de acordo com a CEPAL, o PIB da América Latina virá a sofrer uma contração de -8%.

A gravidade da crise aumenta devido ao impacto que numa economia aberta como a da



América Latina têm fatores que, em princípio, são de origem exógena e entre os quais se destacam a forma como se ressentem os intercâmbios comerciais e financeiros com o resto do mundo —em especial com a China e os Estados Unidos—, bem como a paragem abrupta e posterior reativação lenta da atividade turística. Mas também pelo modo como a crise económica multiplica a crise social subjacente numa região que antes da COVID já se deparava com enormes desafios.

Conforme a OCDE (2020), vários fatores tornam a América Latina especialmente vulnerável à pandemia. Destacam-se a informalidade estrutural do mercado de trabalho (com taxas que, dependendo do país, oscilam entre 30% e 80%); a falta de redes universais de segurança social (com programas de apoio cada vez mais alargados, mas que ainda só englobam 62% dos trabalhadores formais e das suas famílias); a persistente desigualdade dos rendimentos, que atualmente também se traduz na possibilidade ou não de praticar medidas de

distanciamento social e/ou de confinamento, e inclusive de acesso aos serviços de saúde; e a existência de uma forte componente indígena e migrante (no primeiro caso, por se tratar de comunidades especialmente afetadas pelas elevadas taxas de prevalência de outras doenças transmissíveis como a hepatite B, tuberculose, malária e dengue, e, no segundo caso, pela vulnerabilidade que se deve ao facto de muitos deles viverem em casas e condições sanitárias precárias, não tendo acesso a serviços básicos e nem a proteção social).

Em março de 2020, a OMS já salientava a especial vulnerabilidade de regiões como a latino-americana. Através de uma declaração do seu Diretor-Geral, a OMS advertia que a pandemia da COVID-19 provocaria um maior impacto nas economias em desenvolvimento e recomendava que os governos implementassem um conjunto de políticas sociais para proteger as populações mais vulneráveis (OMS, 2020). De igual modo, e com o objetivo partilhado

de “*não deixar ninguém para trás*”, os países da região começaram a promover um conjunto de medidas económicas e sociais.

Tal como se pode ver no esquema, e conforme a CEPAL e a OCDE (2020), trata-se, por um lado, de medidas de política económica que, através de recursos fiscais e monetários, procuram preservar o emprego e/ou os rendimentos que o acompanham e a atividade empresarial, especialmente no caso dos pequenos empreendedores e das Micro e PME, bem como regulamentar preços e fornecimentos para desvincular o acesso a produtos e serviços básicos dos rendimentos; e, por outro lado, de medidas de política social centradas na proteção, com ênfase nas transferências em rendimentos e/ou em espécie para os mais vulneráveis, de um tratamento especial às mulheres e meninas (vítimas de uma situação que resultou numa maior violência intrafamiliar) e de garantir o acesso a uma educação que se teve de digitalizar e reinventar a si mesma para poder chegar a todos e a todas. →

No âmbito das Infraestruturas e Serviços Económicos, agruparam-se um total de 55 projetos que por sua vez se distribuíram em torno de seis setores de atividade. Salientou-se a área da *Energia*, na qual se promoveram experiências que procuraram transitar para um uso mais eficiente e sustentável a partir de uma aposta, por exemplo, em fontes mais limpas tais como a hidráulica e a geotérmica. Mas também, as da *Ciência e tecnologia*, *Empresas e Emprego*. Na realidade, as experiências no quadro deste tipo de atividades tornam-se especialmente relevantes num contexto

em que a forma como se teve de gerir a necessária resposta à crise sanitária provocada pela COVID-19, resultou numa paralisação da atividade que prejudicou gravemente os países de todo o mundo e os mergulhou numa profunda crise económica e social. O Quadro II.2 foi precisamente elaborado para abordar estas outras dimensões da crise da COVID-19, identificar as respostas promovidas pelos países da região e, mais uma vez, tentar aprender com experiências anteriores para ver como a partir da CSS Bilateral se pode contribuir para responder a este desafio.



**Medidas económicas e sociais dos países da América Latina na luta contra a COVID-19**



Fonte: SEGIB a partir da CEPAL (2020) e OCDE (2020)



Os últimos 24 projetos mantidos em execução na Ibero-América ao longo de 2019, distribuíram-se em torno de dois setores de atividade: *Cultura* e *Género*, numa proporção de 3 para 1. Mais concretamente, os países ibero-americanos trabalharam no sentido de reforçar as políticas de conservação do património cultural, entre outras coisas, através da restauração de murais e da digitalização de documentos. Outras experiências focalizaram-se na promoção das indústrias criativas, revalorização das culturas indígena e afrodescendente e recurso à arte cénica

do teatro, como ferramenta para favorecer a inclusão social, em especial dos mais jovens. Entretanto, houve numerosos projetos que centraram os seus esforços em apoiar as vítimas de violência contra as mulheres, em promover uma maior igualdade de género e em favorecer o seu empoderamento económico.



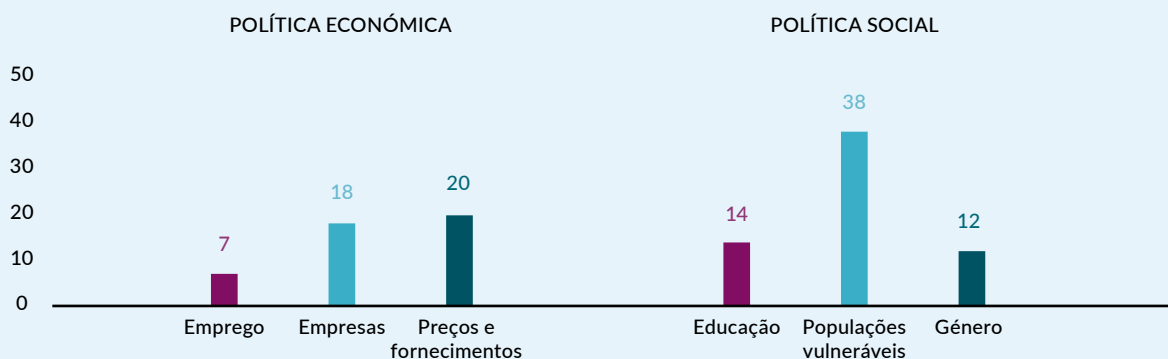
Tomando como referência estas medidas, uma recategorização dos 766 projetos de CSS Bilateral que os países ibero-americanos mantiveram em execução em

2018 e 2019, sugere que cerca de 15% desse total (109 iniciativas) se baseou em experiências que puderam contribuir para o impulso e fortalecimento das

políticas económicas e sociais de que a região necessita para dar resposta e enfrentar a COVID-19.

### Projetos de CSS (2018-2019) que podem contribuir para a resposta económica e social à pandemia

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Assim, tal como se pode observar no segundo gráfico, 4 em cada 10 desses mais de uma centena de projetos identificados, referem-se a experiências de política económica que podem oferecer aprendizagens relativas a três dos grandes blocos de

medidas contempladas: as que protegem o emprego e os rendimentos resultantes do trabalho (7); as que estimulam a manutenção da atividade produtiva, em especial das empresas de menor tamanho (18); e as que estabelecem controlos

de preços e de fornecimentos que garantem o acesso a bens e serviços essenciais (20).

A título de exemplo, encontram-se aqui os projetos que os países intercambiaram para identificar e fortalecer os programas de emprego, especialmente



Finalmente, e para completar esta secção (relativa ao fortalecimento de capacidades a partir de uma perspetiva regional), devemos recordar que este panorama é dinâmico e que, nos últimos anos, se registaram alterações de tendência significativas. Com efeito, os Gráficos II.11 e II.12 mostram, respetivamente, a variação das participações relativas dos diferentes âmbitos de intervenção e setores de atividade no total dos projetos de 2010 e 2019.

A observação combinada de ambos os gráficos mostra, para a última década, uma significativa alteração de prioridades: do âmbito Social, que cai de 48% para 36% e perde mais de 12 pontos percentuais de participação, para uma cooperação que privilegia, de forma crescente, as experiências relativas ao Fortalecimento Institucional e ao Ambiente, duas áreas cujo peso relativo aumenta, em cada caso, mais de 5,5 pontos percentuais, o que origina um ganho conjunto de cerca de 12 pontos. Quando examinamos esta dinâmica em termos de setores, o que se obtém

os destinados aos jovens, num contexto que exige intervenções específicas que discriminem por fatores de vulnerabilidade, tais como a idade ou o facto de participarem no mercado de trabalho em condições regulamentadas ou de informalidade. Outro bloco de experiências é o que desde há vários anos aborda a promoção de tecidos microempresariais e incentiva o empreendedorismo de grupos de especial vulnerabilidade, uma ação que pode ser crucial no atual contexto da pandemia. Da mesma forma, são importantes as aprendizagens que se podem extrair da experiência acumulada na gestão de sistemas tarifários que assegurem o fornecimento e acesso à água e eletricidade, bem como as relativas à regulamentação da prestação destes serviços essenciais.

Por sua vez, praticamente 60% dos projetos de CSS Bilateral identificados visam objetivos de política social que são fundamentais para a gestão

que os países devem fazer da pandemia. Neste sentido, e num contexto em que garantir o direito à educação passa, entre outros, por uma digitalização do sistema educativo que permita uma frequência não presencial da escola, tornam-se críticos os 14 projetos que apostaram na progressiva integração de recursos tecnológicos, no desenvolvimento das denominadas aulas tecnológicas, nas assistências técnicas para promover a tele-escola, bem como na adoção de estratégias educativas flexíveis que permitam a adaptação curricular e do formato a circunstâncias que impedem uma escolarização tradicional, tal como está a acontecer durante a crise da COVID-19. Ainda no âmbito educativo, mas com um objetivo diferente, devem também acrescentar-se as experiências de CSS relativas às hortas e cantinas escolares, que se devem reinventar e substituir por outras modalidades que, compatíveis com a não frequência presencial da escola, garantam às famílias o acesso à alimentação.

Por último, as medidas de política social exigidas para atenuar o impacto da crise da COVID-19, também se inspiram em mais de uma dezena de experiências de programas de género, principalmente concebidos para lutar contra a violência de que as mulheres são alvo e promover a sua maior inclusão económica. No entanto, o bloco mais importante de medidas pode tomar como referência os cerca de 40 projetos que, de uma ou de outra forma, promovem a proteção efetiva dos grupos mais vulneráveis. Incluem-se aqui a cooperação relativa aos programas de combate à pobreza; as políticas de apoio integral à primeira infância, idosos, pessoas com deficiência, comunidades indígenas e migrantes internacionais; os projetos que reforçaram e contribuíram para a expansão dos sistemas de segurança social; bem como as experiências de gestão digital dos programas de transferências monetárias ou de subsídios à habitação, isto para mencionar apenas alguns.

Fonte: SEGIB a partir da CEPAL (2020) (2021), FMI (2021), OCDE (2020), página digital da CEPAL e Agências e Direções Gerais de Cooperação

é um deslocamento dos projetos orientados para a *Educação* e a *Saúde* (respetivamente com quedas de participação de 7,5 e 6,7 pontos percentuais), a favor, por um lado, do *Abastecimento e saneamento de água* (que, com um incremento de 3,1 pontos, compensa ligeiramente as quedas do próprio âmbito Social); e por outro lado, do *Ambiente* e do *Desenvolvimento legal e judicial e dos Direitos Humanos*, dois setores que na última década ganharam respetivamente mais de 5 e 3 pontos percentuais de participação.

/// Houve numerosos projetos que centraram os seus esforços em apoiar as vítimas de violência contra as mulheres, em promover uma maior igualdade de género e em favorecer o seu empoderamento económico ///

GRÁFICO II.11

### Alteração na participação dos âmbitos de intervenção sobre o total dos projetos de CSS Bilateral. 2010-2019

Em pontos percentuais

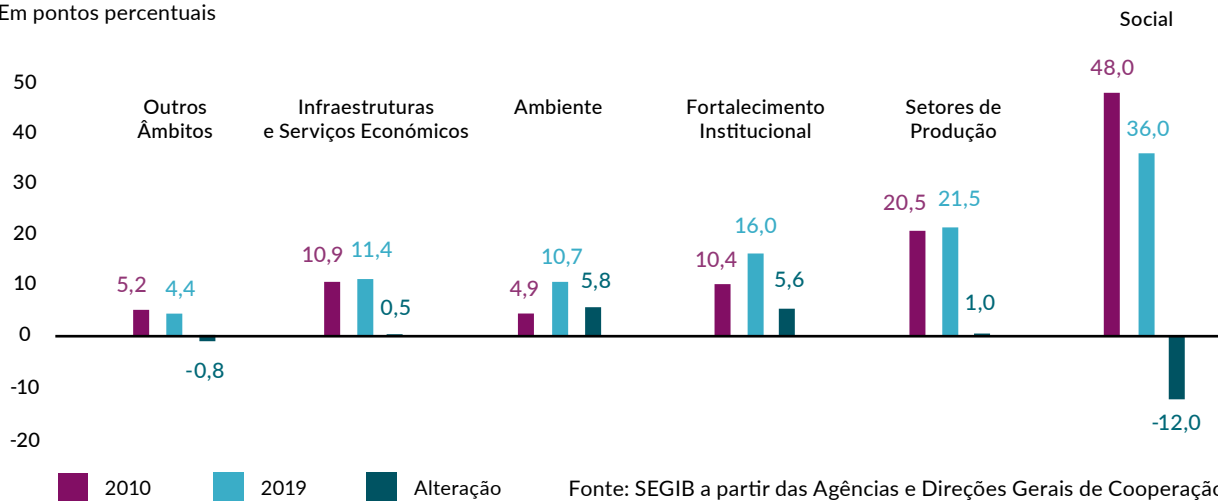
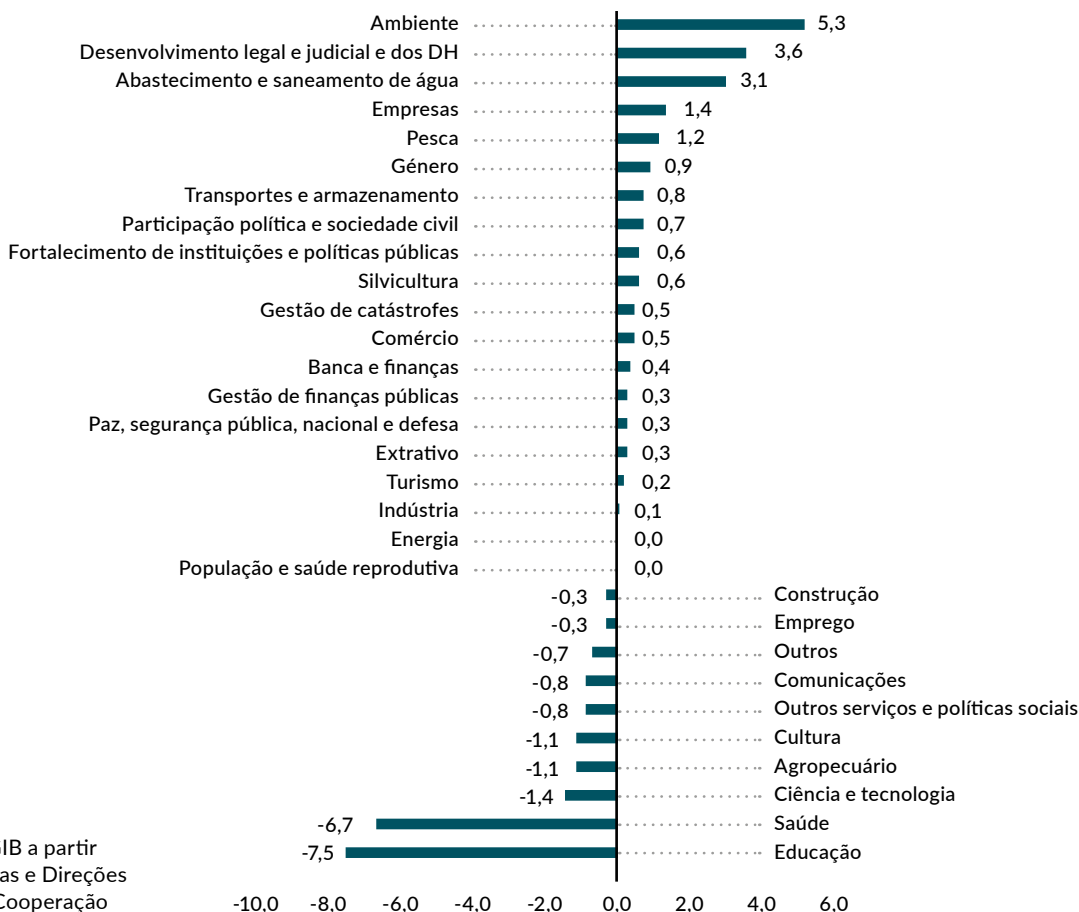


GRÁFICO II.12

### Alteração na participação dos setores de atividade sobre o total dos projetos de CSS Bilateral. 2010-2019

Em pontos percentuais



### II.3.2. Perfil dos países

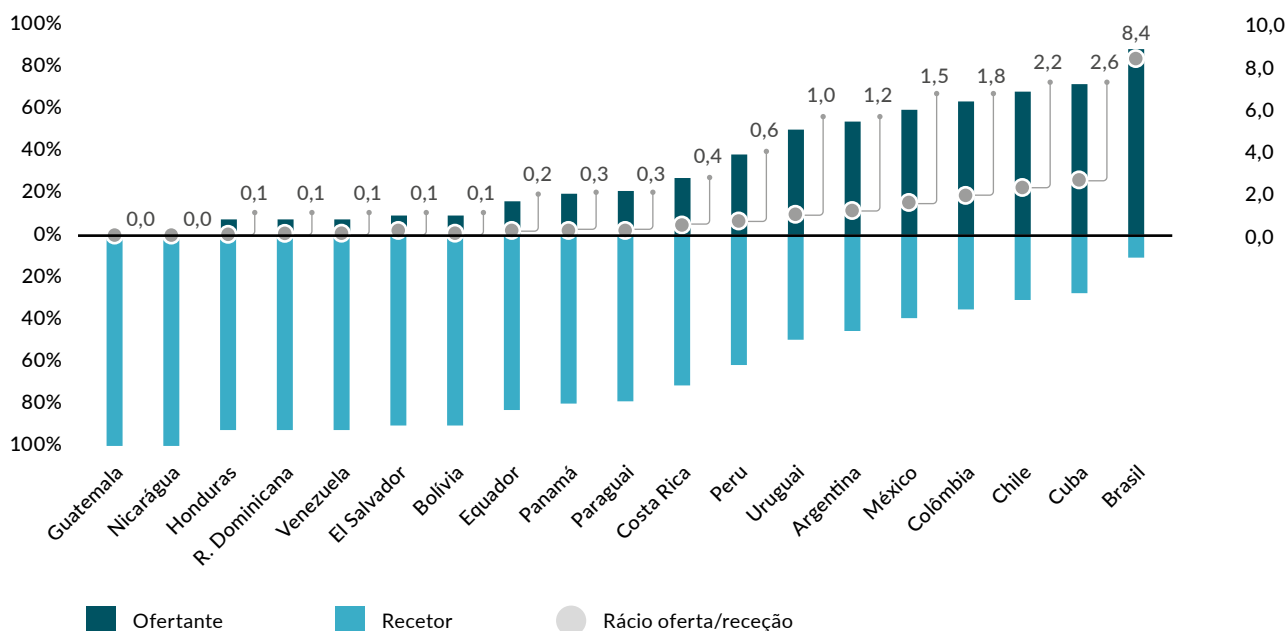
A visão regional das capacidades fortalecidas a partir da CSS Bilateral intercambiada em 2019 deve completar-se com uma análise da contribuição realizada por cada um dos seus protagonistas. Neste sentido, o resultado do conjunto é obviamente fruto do que foi feito pelos países no papel de ofertantes, transferindo para outros os seus principais pontos fortes, e no de recetor, colmatando lacunas.

Para este efeito, elaborou-se o Gráfico II.13, que permite visualizar os países conforme o seu perfil de ofertante e/ou de recetor de CSS e agrupá-los para tentar obter padrões de comportamento. Para isso, o gráfico combina dois tipos de informações para cada país. As primeiras, referenciadas no eixo vertical esquerdo, mostram o que representa o exercício a partir de cada papel sobre o total (100%) dos projetos, situando-se o peso do oferecido acima do eixo horizontal e o recebido abaixo. <sup>4</sup> As segundas informações, referenciadas no eixo vertical direito, mostram a relação entre o oferecido e o recebido por cada país, sendo a unidade o valor que designa uma distribuição igualitária entre países.

**GRÁFICO II.13**

#### Perfil dos países, conforme a sua participação nos papéis de ofertante e recetor. 2019

Contribuição relativa de cada papel, em percentagem; rácio, em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

<sup>4</sup> Metodologicamente, cabe assinalar que, dado que o objetivo é distinguir bem os dois papéis, neste caso, os projetos em que os países participaram no papel "ambos" desdobram-se e contabilizam-se duas vezes, uma para o de papel "ofertante" e outra para o de "recetor".

Conforme este gráfico, os países centro-americanos e andinos, da Guatemala ao Peru, bem como a República Dominicana e o Paraguai, participaram nos projetos de CSS Bilateral de 2019 com um perfil proeminentemente recetor; a Argentina, México, Colômbia, Chile, Cuba e Brasil, fizeram-no exercendo maioritariamente o papel de ofertantes; por sua vez, o Uruguai manteve uma relação extremamente equilibrada entre o oferecido e o recebido. No entanto, no interior de cada grupo conviveram perfis muito diferentes. A modo de exemplo, a comparação da Guatemala com o Peru (de 100% recetor para uma relação de 2 para 1 entre o recebido e o oferecido), ou entre a Argentina e o Brasil (com rácios respetivos entre o oferecido e o recebido de 1,2 –muito compensado e próximo da unidade– e um elevado 8,4).

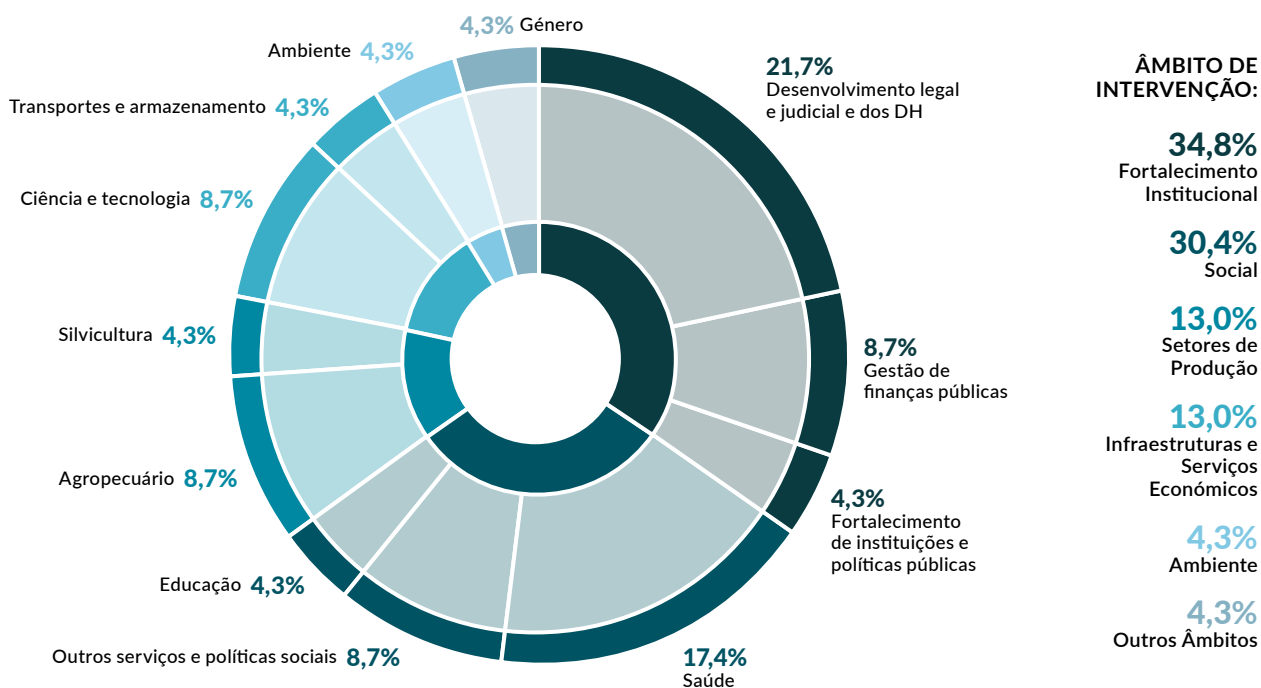
Neste sentido, e como exemplo do tipo de capacidades que os países que participam nos intercâmbios de projetos de CSS Bilateral num papel proeminentemente recetor podem tentar fortalecer, elaborou-se o Gráfico II.14, relativo ao

caso da Guatemala. A distribuição dos 23 projetos nos quais este país participou em 2019 conforme o âmbito de intervenção e o setor de atividade permite observar como cerca de dois terços dessa cooperação se focalizou em duas áreas: na do Fortalecimento Institucional (34,8%) e na Social (30,4%). Esta situação foi influenciada pela prioridade atribuída ao apoio a questões relativas ao *Desenvolvimento legal e judicial e dos DH* e à *Saúde*. De facto, a Guatemala aproveitou a CSS Bilateral para, por um lado, apoiar a modernização do sistema de justiça e procurar fórmulas que, focalizadas nos jovens, contribuíssem para os proteger da violência e em caso de entrarem em conflito com o sistema penal; e, por outro lado, fortalecer os serviços médicos, em especial apoiando a formação dos seus profissionais e promovendo o acesso da população com menores recursos a cirurgias oftalmológicas e à nutrição infantil (Bancos de Leite Materno). De forma complementar, a Guatemala também recebeu cooperação (em torno a 25%) orientada para reforçar diferentes aspetos da sua atividade produtiva e económica, sobretudo no âmbito agro.

**GRÁFICO II.14**

**Distribuição dos projetos participados pela Guatemala como recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019**

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

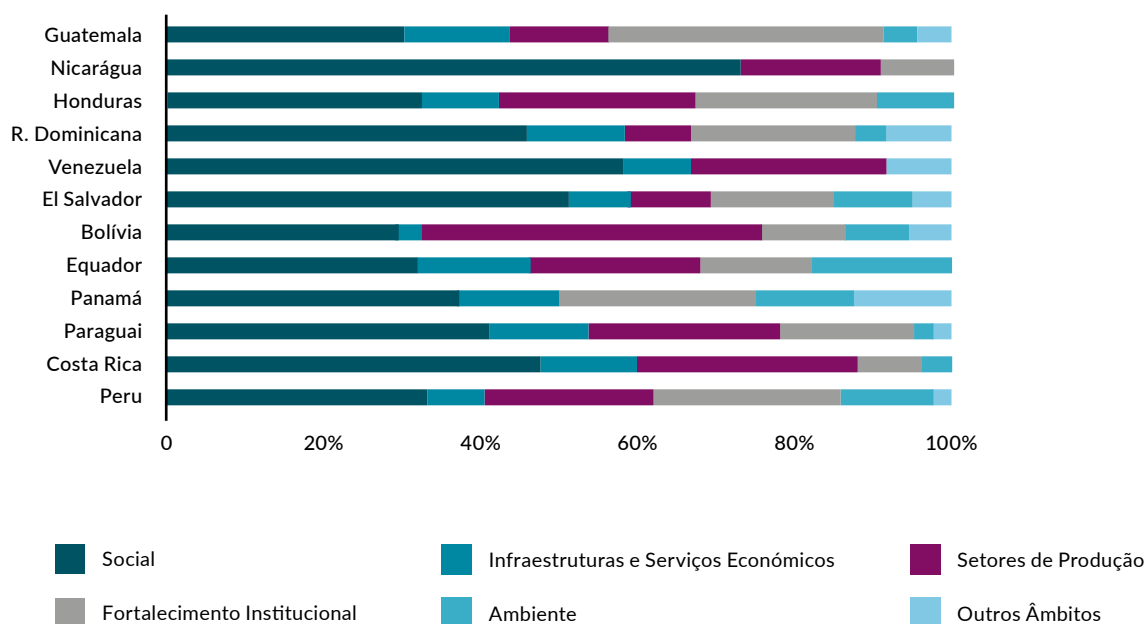
Por sua vez, o Gráfico II.15 distribui os projetos em que outros países ibero-americanos participaram como recetores, conforme o âmbito de intervenção visado. Tal como se pode observar, para os países centro-americanos e para a República Dominicana, a maior parte dos projetos tiveram por objetivo fortalecer capacidades no âmbito Social. No entanto,

a sua importância relativa oscilou consideravelmente, dos 32,7% das Honduras até aos 72,7% da Nicarágua. O segundo âmbito de maior relevância alternou entre o Fortalecimento Institucional (casos de El Salvador, Panamá e República Dominicana) e os Setores de Produção (mais importantes para a Costa Rica, Honduras e Nicarágua).

**GRÁFICO II.15**

**Distribuição dos projetos participados pelos países com um perfil essencialmente recetor, conforme o âmbito de intervenção. 2019**

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Entretanto, os países andinos e o Paraguai (à exceção da Bolívia) centraram a sua cooperação no âmbito Social, registando-se de novo pesos relativos muito díspares e oscilantes, entre os 32,1% do Equador e os 58,3% da Venezuela. Para todos eles, o segundo âmbito de intervenção de maior importância foi o dos Setores de Produção, sendo a exceção o Peru, para o qual se destacou o Fortalecimento Institucional. A Bolívia foi o país que apresentou um perfil mais desigual, com a proeminência dos Setores de Produção, diversificados em *Agropecuário, Indústria e Turismo*, seguidos do âmbito Social.

No caso dos países que exerceram maioritariamente o papel de ofertantes, o Gráfico II.16 mostra o exemplo do Brasil, que executou nesse papel quase 9 em cada 10 projetos de 2019. Segundo este, praticamente metade foram orientados para partilhar capacidades no âmbito Social, muito especialmente nos setores da *Saúde* (mais de um quinto de todos os projetos), *Abastecimento e saneamento de água* e, em menor medida, *Outros serviços e políticas sociais*. A outra metade da cooperação justificou-se principalmente por uma combinação de capacidades relacionadas com o Ambiente, os Setores de Produção e o Fortalecimento Institucional.

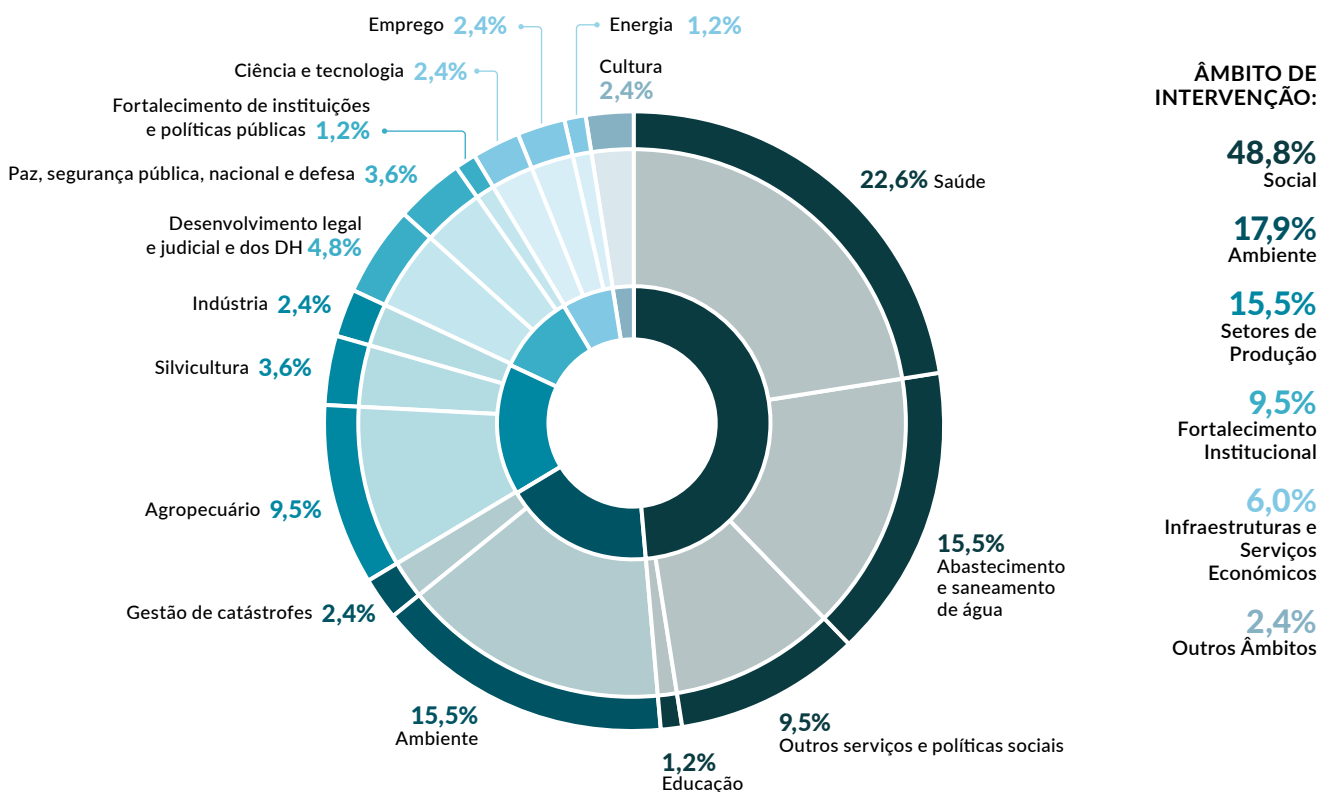
Nestes âmbitos, inclui-se a reconhecida experiência do Brasil em temas de nutrição infantil através do alargamento da rede de Bancos de Leite Humano; o fortalecimento de instituições que fazem parte do sistema nacional de saúde, tais como as dedicadas à vigilância epidemiológica e à regulamentação dos

medicamentos; a gestão integral dos recursos hídricos e de aproveitamento sustentável de cisternas pluviais; e a proteção à primeira infância, a partir sobretudo do impulso às cantinas escolares, como ferramenta para conciliar os direitos à educação e alimentação.

**GRÁFICO II.16**

**Distribuição dos projetos participados pelo Brasil como ofertante, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019**

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Para os outros países ibero-americanos que também exerceram de forma preferencial o papel de ofertantes, foi elaborado o Gráfico II.17, que distribuiu os projetos oferecidos por cada um deles, de acordo com o seu âmbito de intervenção. Tal como nele se pode observar, a Colômbia e Cuba foram os

outros dois países com maior importância relativa na cooperação dedicada ao âmbito Social. Mas, apesar disso, apresentam perfis muito diferentes: extremamente diversificado no caso da Colômbia (sobretudo em torno de capacidades produtivas e institucionais); e muito concentrado no caso de

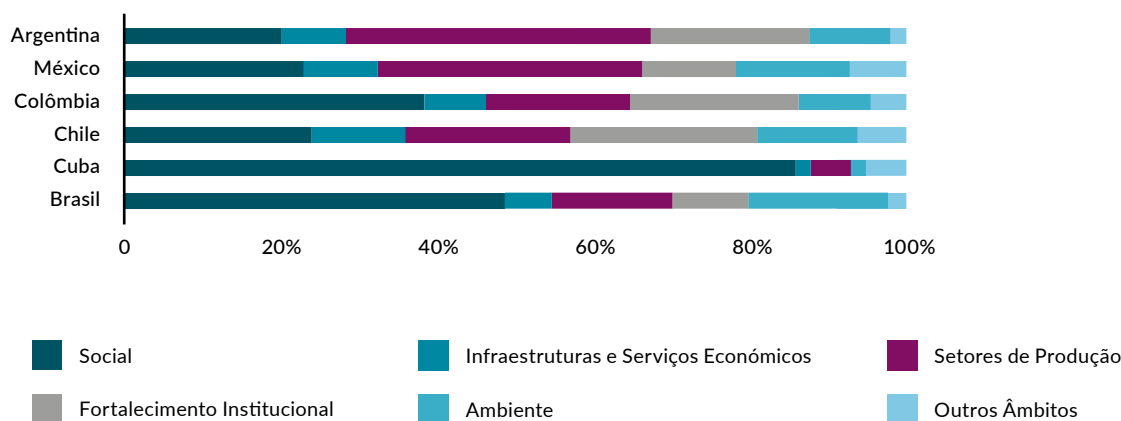
Cuba (mais de 85% dos projetos), partilhando a sua reconhecida experiência em setores como a *Educação* e a *Saúde*. Entretanto, a parte mais importante da CSS Bilateral da Argentina e México, a partir do papel de ofertantes, foi particularmente destinada a apoiar o desenvolvimento dos Setores de Produção.

Por último, o Chile registou sem dúvida o perfil mais diversificado, com cerca de 75% dos projetos em que participou no papel de ofertante orientados para partilhar experiências, em proporções todas elas muito próximas, nos âmbitos Social, do Fortalecimento Institucional e dos Setores de Produção.

**GRÁFICO II.17**

**Distribuição dos projetos participados pelos países com um perfil essencialmente ofertante, conforme o âmbito de intervenção. 2019**

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Para completar esta secção, apresentamos o caso do Uruguai, um país que em 2019 manteve uma relação praticamente paritária ao oferecer e receber os projetos de CSS Bilateral em que participou. Neste caso, o objetivo não só é identificar que tipo de capacidades se associaram a cada papel, mas sobretudo como se complementaram. De facto, esta complementaridade verifica-se até dentro de um mesmo tipo de capacidade, quando a diferença a partir de cada papel reside num perfil concreto de especialização, algo comum nos denominados projetos “bidirecionais”, em que os dois países exercem simultaneamente “ambos” os papéis, uma casuística que justifica metade dos intercâmbios do Uruguai.

Para tal, elaborou-se o Gráfico II.18, que distribui o total dos projetos de CSS Bilateral em que o Uruguai participou em conjunto com outros

parceiros ibero-americanos ao longo de 2019, conforme o âmbito de intervenção e o setor de atividade visados. No entanto, ao contrário dos gráficos anteriores, para este é também necessário distinguir o papel que o Uruguai exerceu em cada intercâmbio. Para acrescentar esta informação, optou-se por dividir o gráfico em duas metades, de modo a que os projetos nos quais o Uruguai exerceu o papel de recetor ficassem à esquerda; e aqueles nos quais foi ofertante, à direita.

Neste sentido, a distribuição de capacidades para cada um dos papéis exercidos é muito próxima, embora não exatamente igual. Na realidade, quer numa perspetiva quer na outra, a maior parte dos projetos (mais de metade) orientaram-se para fortalecer capacidades nos âmbitos Social e das Infraestruturas e Serviços Económicos. E embora



em termos setoriais a distribuição também tivesse sido extremamente coincidente, houve nuances: com efeito, o âmbito Social teve um peso maior na ótica da receção, aumentando devido a um maior número de projetos relativos nos setores

da *Saúde e Educação*; enquanto que a cooperação que apoiou a criação de melhores condições de funcionamento económico, teve uma importância relativa inclusivamente maior no caso da oferta, a partir de onde o Uruguai partilhou com outros parceiros a sua experiência no setor da *Energia*.

**GRÁFICO II.18**

**Distribuição dos projetos participados pelo Uruguai nos papéis de ofertante e recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019**

Em percentagem

**RECETOR**

ÂMBITO DE INTERVENÇÃO:

**35,6%**  
Social

**20,0%**  
Infraestruturas e Serviços Económicos

**15,6%**  
Setores de Produção

**13,3%**  
Ambiente

**11,1%**  
Fortalecimento Institucional

**4,4%**  
Outros Âmbitos

**OFERTANTE**

ÂMBITO DE INTERVENÇÃO:

**26,7%**  
Social

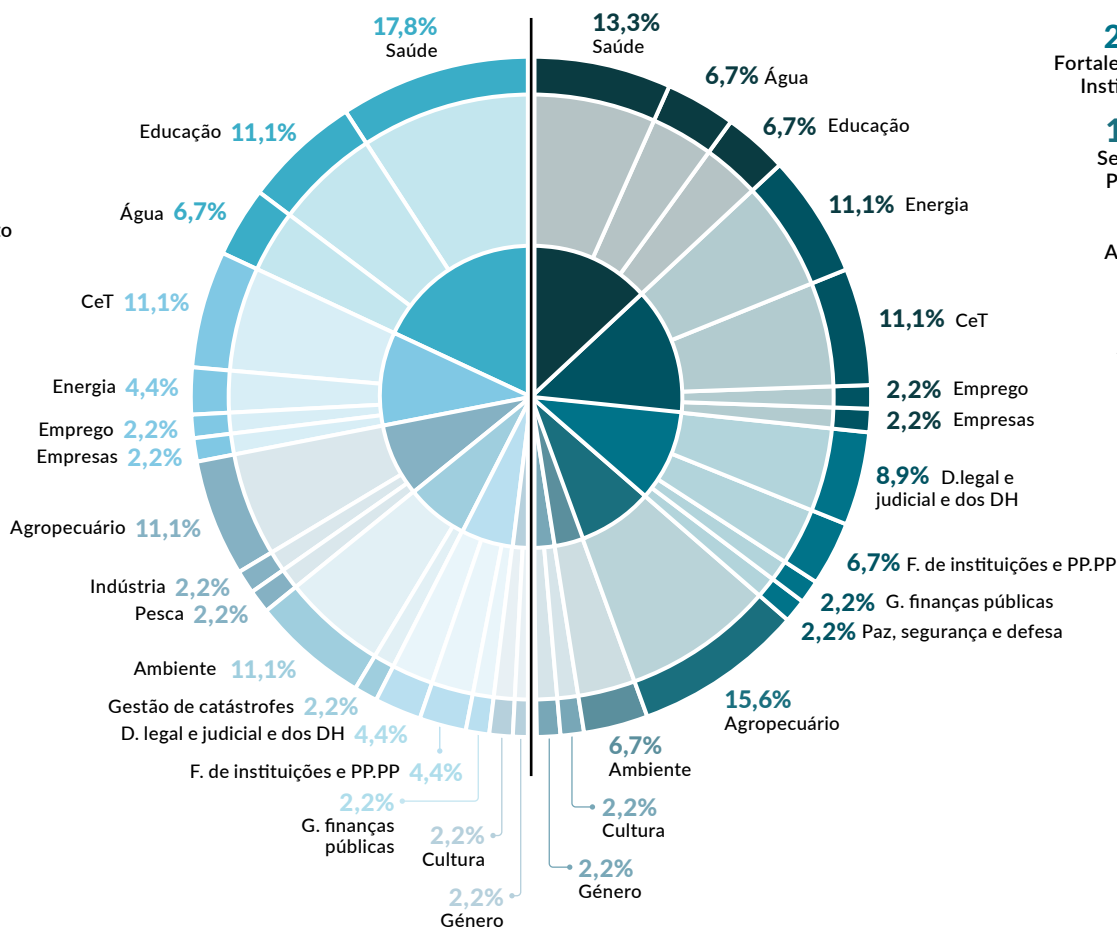
**26,7%**  
Infraestruturas e Serviços Económicos

**20,0%**  
Fortalecimento Institucional

**15,6%**  
Setores de Produção

**6,7%**  
Ambiente

**4,4%**  
Outros Âmbitos



Nota metodológica: Neste caso, os projetos "bidirecionais", em que o Uruguai participou no papel "ambos", desdobram-se e contabilizam-se duas vezes, uma para o papel de "ofertante" e outra para o de "recetor". Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Nos restantes intercâmbios, a partir do lado da receção a diferença fundamental foi marcada pela possibilidade que o Uruguai teve de reforçar os seus conhecimentos no âmbito do Ambiente; e, do lado da oferta, pela forma como pôde partilhar os seus pontos fortes no que respeita ao Fortalecimento Institucional. Numa leitura setorial, o matiz encontra-se na receção das experiências e conhecimentos dedicados à proteção dos ecossistemas e áreas naturais e na oferta dos que contribuíram para fortalecer o *Desenvolvimento legal e judicial e dos DH*. Entretanto, o *Agropecuário* foi o principal setor na oferta e na receção dos intercâmbios realizados no âmbito dos Setores de Produção. Completando o ocorrido em ambos os papéis, registaram-se projetos pontuais e “bidirecionais” em *Cultura* e *igualdade de Género*, dois setores incluídos em Outros Âmbitos de intervenção.

Para ilustrar a complementaridade entre os projetos, mas também entre os papéis executados na CSS Bilateral do Uruguai, bem como a elevada componente de especialização que contêm, será suficiente analisar os temas concretos em torno dos quais se desenvolveram estes intercâmbios num setor como o da *Saúde*. Neste sentido, nos projetos em que o Uruguai participou nos dois papéis, a cooperação focalizou-se no desenvolvimento conjunto de tecnologias aplicadas a aspetos muito diversos, entre os quais são de destacar as terapias para a luta contra o cancro de mama e o desenvolvimento de biofilmes que permitem vencer alguns tipos de bactérias multirresistentes. Entretanto, nos intercâmbios em que maioritariamente exerceu o papel de recetor optou, por exemplo, por fortalecer as suas capacidades na luta contra doenças negligenciadas, tais como a Leishmaniose, transmitida de animais para pessoas, ou por melhorar a sua reconhecida experiência na área da transplantação, apoiando-se nos seus parceiros para estabelecer um banco de tecidos e um registo de doadores.

/// **Registaram-se projetos pontuais e “bidirecionais” em *Cultura* e *igualdade de Género*** ///

## II.4. A Cooperação Sul-Sul Bilateral e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em março de 2019, no contexto da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, mais conhecida por PABA+40, os países ibero-americanos subscreveram uma declaração final que, no seu artigo 8º, reconhecia a “importância, as diferenças históricas e as particularidades” desta modalidade de cooperação e reafirmava a sua opinião de que estavam perante:

... uma expressão de solidariedade entre os povos e países do Sul que contribui para o seu bem-estar nacional, a sua autossuficiência nacional e coletiva e para alcançar os objetivos de desenvolvimento internacionalmente acordados, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em conformidade com as prioridades e os planos nacionais (ONU, 2019, p.2).

O compromisso dos países mantém-se firme, mas apenas um ano depois, o impacto da pandemia da COVID-19 pôs em risco a concretização do Desenvolvimento Sustentável. Na realidade, a própria Organização das Nações Unidas (2020) reconheceu que esta crise afastou o mundo dos objetivos da Agenda 2030, mas simultaneamente apostou numa solidariedade que demonstrou ser indispensável para “não deixar ninguém para trás”.

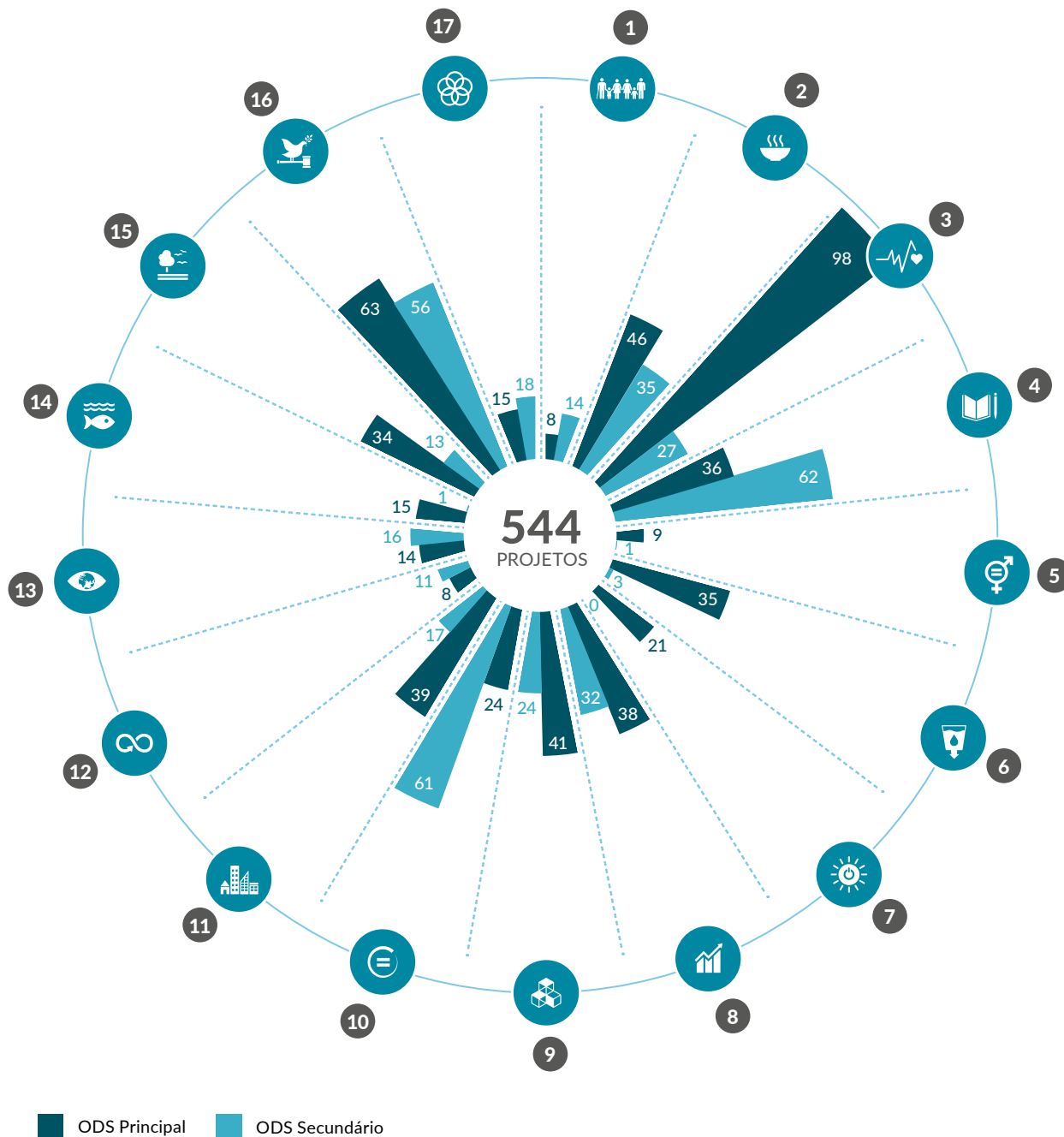
Neste cenário, analisar o que aconteceu no contexto da CSS Bilateral promovida pelos países ibero-americanos ao longo de 2019 e reler tudo isto em termos dos progressos alcançados (e dos que estão pendentes) relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), torna-se numa tarefa fundamental para orientar os próximos esforços no sentido de uma CSS que contribua para ultrapassar a crise e para o fazer de forma inclusiva.

Para este efeito, elaborou-se o Gráfico II.19, que distribui os 544 projetos de CSS Bilateral mantidos em execução na Ibero-América durante 2019, conforme dois critérios: o primeiro, refere-se ao ODS principal com que potencialmente se alinham (o que acontece em 100% dos projetos), enquanto que o segundo, se relaciona com o ODS para o qual, com carácter “secundário”, também podem estar a contribuir (um facto que se verifica em 70% das ocasiões).

**GRÁFICO II.19**

**Distribuição dos projetos de CSS Bilateral na Ibero-América, conforme o potencial alinhamento com o ODS principal e secundário. 2019**

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

A observação do referido gráfico mostra como, de forma coerente com a própria distribuição setorial e tal como tem vindo a ocorrer em anos anteriores, a maior parte (praticamente uma centena) dos projetos de CSS Bilateral realizados na Ibero-

América durante 2019 se orientaram para fazer avançar a realização do ODS 3 (Saúde e bem-estar). Quando se acrescentam os 63 projetos que se alinharam com o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), justificam-se 30% do total dos 544.

A certa distância seguiram-se, por ordem de importância relativa, com 30 a 50 projetos em cada caso, mais de meia dúzia de ODS que, na sua diversidade de propósitos, permitem confirmar que a região apostou numa CSS que permite progredir para o Desenvolvimento Sustentável de um modo integral, abordando cada uma das suas múltiplas dimensões. Assim, numa perspetiva mais social, destacaram-se os esforços para avançar na obtenção do ODS 2 (Erradicar a fome), ODS 4 (Educação de qualidade) e ODS 6 (Água potável e saneamento); com um tipo mais económico, apostou-se no ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas); e com uma dimensão que favorece mais o tema ambiental, toda a cooperação dirigida à realização do ODS 15 (Vida dos ecossistemas terrestres) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis). Os restantes ODS (até oito diferentes) encontram-se alinhados a partir de um número menor de projetos, evidenciando também o esforço adicional que ainda é necessário realizar para colocar num lugar mais prioritário da agenda regional alguns objetivos fundamentais, tais como o ODS 5 (Igualdade de género), ODS 1 (Erradicar a pobreza) e ODS 12 (Produção e consumo responsáveis).

Em muitas ocasiões, os projetos contribuem simultaneamente para mais de um Objetivo. Este facto é muitas vezes favorecido pela transversalidade dos aspetos em que tenta incidir. O resultado é que alguns Objetivos, frequentemente não destacados como ODS principais, acabam por emergir com força quando se categorizam como ODS secundários. Um exemplo habitual é o do ODS 10 (Redução das desigualdades), imprescindível num contexto como o da América Latina e que aparece alinhado, com carácter principal, em 24 projetos, um número que, quando se abordam os secundários, aumenta para 61. Outros exemplos são os do ODS 4 (Educação de qualidade) e ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), o que está em coerência com a realidade de uma cooperação que, de forma recorrente, aposta na formação, na capacitação técnica e profissional, e no fortalecimento das instituições públicas.

Neste mesmo sentido, e para terminar, é interessante identificar que dois ODS tenderam a aparecer com maior frequência relacionados entre si e por que motivo isto aconteceu: ou seja, que tipo de projetos tendem a relacioná-los. Para tal, elaborou-se o Gráfico II.20. Trata-se da variante de um gráfico de rede que situa os 17 ODS, por ordem crescente num círculo externo, seguindo o sentido das agulhas do relógio e situando o ODS 1 nas 12 horas. Quando

dois ODS (independentemente da hierarquia que lhes foi dada, principal ou secundária) se conectam através de um mesmo projeto, isto fica refletido na corda que os une, a modo de rede, sendo além disso a espessura desse conector proporcional ao número de projetos que relaciona cada par de Objetivos.

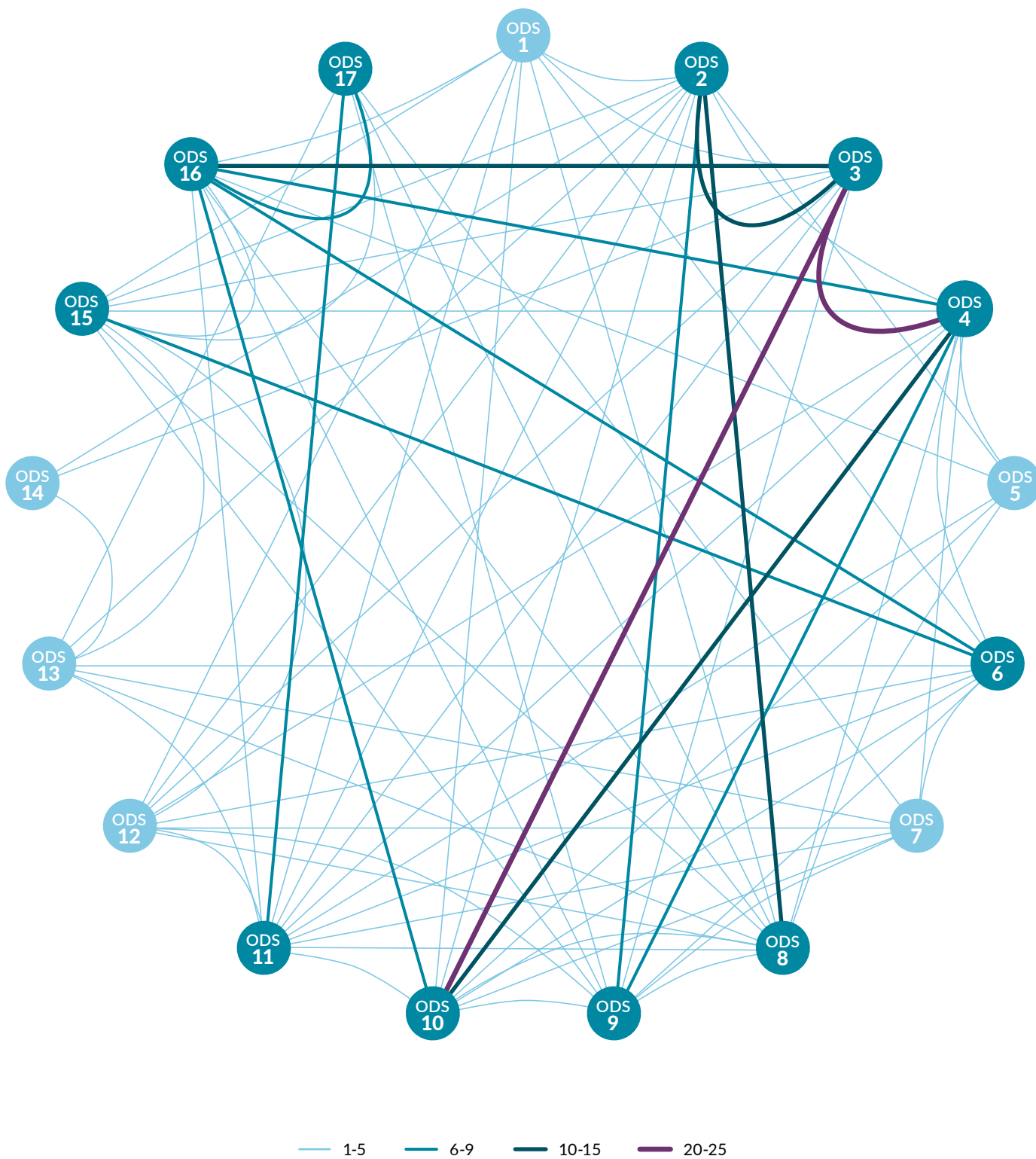
Esta coincidência é comum, por exemplo, em toda a cooperação dedicada a promover a segurança alimentar ou a melhorar a gestão dos temas de saúde animal e vegetal, em geral desenvolvida na atividade agropecuária e que por sua vez incide noutros aspetos tais como na nutrição e na segurança alimentar. Outro exemplo destacado é o que resulta da associação frequente entre o ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 4 (Educação de qualidade). Neste caso, a relação justifica-se principalmente devido aos numerosos projetos dedicados à capacitação e formação, geral ou específica, em temas médicos; mas outros casos, são intercâmbio especiais, tal como o que se enuncia no Quadro II.3, dedicado a adaptar metodologias inovadoras de pedagogia para tentar conciliar o direito à Educação e à Saúde dos meninos e meninas em tratamento hospitalar.

Outras associações destacadas envolveram maioritariamente os ODS que emergem com mais força no seu carácter secundário. É de mencionar a frequência com que o ODS 4 (Educação de qualidade) e o ODS 3 (Saúde e bem-estar) aparecem relacionados com o ODS 10, o que é coerente já que se trata de projetos que, tendo um impacto positivo no seu objetivo principal, incidem favoravelmente na redução das desigualdades. O mesmo se pode dizer num contexto em que a cooperação é intergovernamental, com a frequente associação do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) com o ODS 3 e até com o ODS 17 (Parcerias para a implementação dos Objetivos), para os quais se tendem a orientar os projetos que fortalecem a própria cooperação. Finalmente, destacam-se o ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas) que, dada a sua dimensão económica, emergem com força em projetos que, por sua vez, apontam para o ODS 2 (Erradicar a fome), ao reforçar as cadeias de produção ou promover a agricultura familiar.

**GRÁFICO II.20**

**Distribuição dos projetos de CSS Bilateral na Ibero-América, conforme a relação entre os ODS. 2019**

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

## QUADRO II.3

**Educação de qualidade para menores em tratamento hospitalar: os ODS 3 e 4**

A saúde e a educação são direitos humanos fundamentais e indicadores essenciais do desenvolvimento humano sustentável, reconhecidos por instrumentos internacionais tais como a “Convenção dos Direitos da Criança” (art 28 e 29) e as “Regras Gerais sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência”, respetivamente aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e 20 de dezembro de 1993. Além disso, ambos os direitos estão intimamente relacionados, já que a falta de saúde não só limita as oportunidades económicas e aumenta a pobreza, mas também ameaça o direito dos meninos, meninas e jovens a uma educação que lhes permita adquirir conhecimentos e assim alcançar uma vida social plena. Ao facilitar a mobilidade socioeconómica, a educação também é essencial para sair da pobreza.

Dada a sua importância, os direitos à educação e à saúde são parte fundamental das agendas globais de desenvolvimento e muito especialmente da Agenda 2030, a qual responde a uma abordagem integral do desenvolvimento. De facto, um exemplo paradigmático desta integralidade, no que especialmente se refere aos ODS 3 e 4, é a abordagem da educação no contexto da hospitalização, que se encontra no foco da experiência que aqui se apresenta.

Com efeito, uma situação que habitualmente se verifica e que reduz ou interrompe o processo educativo, é a de muitos meninos, meninas e jovens que se encontram hospitalizados ou em período de convalescença ou que frequentemente têm de realizar tratamentos médicos. Para favorecer a educação contínua destas crianças, é fundamental

trabalhar na pedagogia hospitalar, uma área da pedagogia social. É a esse fortalecimento que se refere o projeto “Implementação da Conceção Universal para a Aprendizagem (DUA) no processo educativo das pessoas menores de idade hospitalizadas”, executado entre 2018 e 2019 entre dois hospitais infantis da Costa Rica e do Chile.

O projeto permitiu a partilha de experiências entre a Costa Rica e o Chile, através do intercâmbio técnico entre dois hospitais de referência para este tema: o Hospital Nacional Infantil Dr. Carlos Sáenz Herrera, em São José da Costa Rica e o Hospital chileno Dr. Exequiel González Cortés.

Em 1996, a Costa Rica adotou a “Lei 7600 de Igualdade de Oportunidades para as pessoas com deficiência”, cujo Regulamento estabelece, nos seus artigos 21 e 51, a obrigatoriedade de garantir aos alunos o direito à educação em caso de hospitalização ou convalescença. No entanto, as primeiras ações no país datam de há quase quatro décadas, tendo-se iniciado em 1955 no Departamento de Pediatria do Hospital San Juan de Dios. Um pouco mais tarde, em 1964, inaugurou-se o Hospital Nacional de Crianças Dr. Carlos Sáenz Herrera da Costa Rica, que, consciente da problemática, logo desde o seu início impulsionou trabalhos de Pedagogia Hospitalar.

Por sua vez, o Hospital chileno Dr. Exequiel González Cortés, fundado em 1991 graças à iniciativa de pais e mães de crianças doentes de cancro, é um dos dois hospitais do Chile que alberga escolas hospitalares reconhecidas pelo Ministério da Educação. A sua inauguração coincidiu com a altura em que se começou a aplicar a abordagem

didática DUA no Centro de Tecnologia Especial Aplicada (CAST, na sigla em inglês), organização educativa norte-americana sem fins lucrativos. O Hospital promoveu esta prática consciente do seu potencial.

A aplicação do DUA na sala de aula baseia-se num quadro teórico que inclui os últimos avanços de neurociência aplicada à aprendizagem, investigação educativa, tecnologias e meios digitais. Este quadro serve para orientar a configuração de ambientes de aprendizagem acessíveis e desafiadores para todos e tem por objetivo mudar a configuração do ambiente em vez de mudar o aluno. Quando os ambientes são concebidos intencionalmente para reduzir as barreiras, todos os alunos podem participar numa aprendizagem rigorosa e significativa, e isto torna-os muito adequados às necessidades dos meninos, meninas e jovens em situação de doença.

Partindo de ambas as experiências, o projeto teve como objetivo principal fortalecer as práticas pedagógicas do Hospital Nacional de Crianças Dr. Carlos Sáenz Herrera da Costa Rica, para que, a partir da experiência chilena, este pudesse adotar a abordagem do DUA e aplicá-las às disciplinas dos menores que frequentam o primeiro e segundo ciclos. O intercâmbio permitiu ao hospital costa-riquense dar um passo mais no seu esforço contínuo para garantir o direito à igualdade de oportunidades e ao acesso a uma educação de qualidade dos meninos e meninas em situação de doença, nesta ocasião, contando também com o apoio e a colaboração dos Departamentos de Educação Especial e do Primeiro e Segundo Ciclos do Ministério da Educação Pública da Costa Rica.